



Interplayers Soluções Integradas S.A.

CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

A Administração da InterPlayers Soluções Integradas S.A. ("Companhia" ou "InterPlayers"), em conjunto com suas controladas (doravante denominadas "InterPlayers" ou "Grupo"), submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Aviso legal:

Este Relatório da Administração contempla não apenas informações extraídas das demonstrações financeiras, mas também projeções, estimativas e expectativas da Companhia, as quais estão sujeitas a riscos e incertezas, incluindo fatores de mercado, concorrência, condições macroeconômicas e outros elementos fora do controle da Administração. Dessa forma, tais informações devem ser interpretadas exclusivamente para fins informativos e não substituem as análises, revisões e conclusões apresentadas pelos auditores independentes.

Mensagem da diretoria executiva:

O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente macroeconômico ainda desafiador, porém com sinais consistentes de recuperação. A relativa estabilização do cenário político contribuiu para maior previsibilidade, embora persistam taxas de juros reais elevadas e restrições no acesso a capital de giro. Nesse contexto, as estratégias adotadas pela Companhia mostraram-se adequadas e eficazes. Mantivemos o posicionamento da InterPlayers como um hub de negócios voltado à Saúde e Bem-Estar, diretriz estratégica adotada desde 2019, e avançamos na consolidação de um portfólio diversificado e integrado de soluções. Essa abordagem tem proporcionado maior consistência operacional, geração de valor aos stakeholders e diferenciação competitiva no mercado. Como resultado, os indicadores operacionais permaneceram em níveis robustos, em linha com os planejamentos estratégico e financeiro, tanto de curto quanto de longo prazo. Tal desempenho reforça a efetividade do modelo de gestão verticalizada adotado pela Companhia. Por fim, registramos nosso agradecimento aos colaboradores, clientes e parceiros estratégicos, cujo comprometimento e confiança são fundamentais para a continuidade da nossa trajetória de crescimento.

Cenário econômico e setorial:

Em 2025, observou-se uma retomada da inflação em comparação com a posição de dezembro de 2024, caracterizada por uma trajetória de alta contínua. Esse movimento está em consonância com o fato de que a inflação acumulada até o momento ultrapassa a meta estabelecida para o ano de 2024 (4,50%), segundo dados do IBGE.

IPCA - Variação mensal acumulada no ano, acumulada em 12 meses e peso menos, para o índice geral, grupos, subgrupos, itens e subitens de produtos e serviços.			
Mês	Acumulada em 12 meses (%)	Mensal (%)	
Jan/25	4,56	0,16	
Fev/25	5,06	1,31	
Mar/25	5,48	0,56	
Abr/25	5,53	0,43	
Mai/25	5,32	0,26	
Jun/25	5,35	0,24	
Jul/25	5,23	0,22	
Ago/25	5,13	-0,11	
Set/25	5,17	0,48	
Out/25	4,68	0,09	
Nov/25	4,46	0,18	
Dez/25	4,26	0,33	

Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. A inflação no Brasil encerrou o ano de 2025 em 4,26%, abaixo dos 4,83% registrados em 2024 e inferior à meta estabelecida pelo governo. A desaceleração inflacionária foi atribuída, principalmente, a redução 2,95% nos preços dos alimentos e bebidas e de 0,77% nos preços das comunicações. Os principais fatores que contribuíram para a queda de preços dos alimentos com

reduções em itens básicos, pela diminuição nas contas de energia com o Bônus Itaipu e por fatores externos, como safra recorde e valorização do real, que ajudaram a conter a inflação.

Desempenho econômico-financeiro:

Em 2025, a Companhia manteve alinhamento com as diretrizes estratégicas estabelecidas, refletindo-se em evolução consistente dos principais indicadores financeiros.

R\$ Milhões	dezembro-2025	dezembro-2024	var(%)
Lucro Bruto	115.296	102.915	12%

Neste período, de janeiro a dezembro de 2025, o Gross Merchandise Value, ("GMV") atingiu R\$ 29,878 bilhões acumulados até dezembro de 2025, trafegados nas plataformas da InterPlayers, desconsiderando as demais empresas que compõem o grupo econômico. Dessa forma, demonstrou-se um aumento médio de 27% em relação ao mesmo período de 2024, conforme apresentado na tabela abaixo e na representação gráfica da Companhia.

GMV	2025	2024
Comercial - GMV	20.099	17.102
Fidelização - GMV	9.779	6.433
Total GMV (mm)	29.878	23.535

Destaque-se, o crescimento da Receita Líquida registrando um aumento de 12% em comparação com dezembro de 2024.

R\$ Milhões	dezembro-2025	dezembro-2024	Var
Receita Líquida	299.710	267.075	12%

Capital Humano:

A InterPlayers encerrou o exercício de 2025 com um quadro de 975 colaboradores. A Companhia mantém o compromisso com a atração, desenvolvimento e retenção de talentos, promovendo um ambiente organizacional pautado na diversidade, equidade e inclusão. Os resultados refletem investimentos contínuos em programas de recrutamento, capacitação e desenvolvimento profissional, alinhados à estratégia de crescimento do Grupo.

Balancos patrimoniais Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	5.200	3.705	11.154	16.534
Aplicação financeira	5.b	-	245	-	245
Contas a receber	6	58.747	36.253	70.940	48.521
Impostos a recuperar	7.a	1.510	5.668	8.009	14.610
Partes relacionadas	23.b	2.062	2.740	306	3
Outros ativos		5.489	2.920	6.436	3.236
Dividendos a receber	15.c	7.395	11.684	-	-
Total do ativo circulante		80.403	63.215	96.845	83.149
Não Circulante					
Aplicações financeiras	5.b	2.439	2.701	2.439	2.701
Impostos a recuperar	7.a	426	427	425	469
Partes relacionadas	23.c	10.495	6.519	-	511
Depósitos judiciais	14.b	851	770	3.836	3.669
Ativo fiscal diferido, líquido	17.b	5.389	2.841	7.593	5.294
Investimentos	8	107.009	114.684	3.427	2.021
Imobilizado	9	10.416	5.170	11.337	6.725
Intangível	10	58.724	57.423	161.053	172.250
Ativo de direito de uso	22.a	7.497	10.054	7.699	10.497
Total do ativo não circulante		203.246	200.589	197.809	204.137
Total do Ativo		283.649	263.804	294.654	287.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	18	224.157	193.443	299.710	267.075
Custo dos serviços vendidos	19	(126.465)	(115.652)	(184.413)	(164.160)
Lucro bruto		97.692	77.791	115.297	102.915
Despesas gerais e administrativas	19	(40.231)	(34.428)	(66.564)	(65.840)
Despesas comerciais e marketing	19	(17.155)	(15.660)	(20.288)	(16.643)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(739)	16.283	47	15.984
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		39.567	43.986	28.492	36.416
Despesas financeiras	20	(10.803)	(7.838)	(10.103)	(9.360)
Receitas financeiras	20	2.850	2.417	2.128	3.972
Resultados financeiros líquidos		(7.953)	(5.421)	(7.975)	(5.388)
Resultado de equivalência patrimonial		(11.083)	(9.132)	1.406	(301)
Resultado antes dos impostos		20.531	29.433	21.923	30.727
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.810)	(3.524)	(5.825)	(3.663)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.548	(3.080)	2.299	(2.293)
Imposto de renda e contribuição social	17.a	(3.262)	(6.604)	(3.526)	(5.956)
Lucro líquido do exercício		17.269	22.829	18.397	24.771

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		17.269	22.829	18.397	24.771
Resultados atribuídos aos acionistas controladores		-	-	17.269	22.829
Resultados atribuídos aos acionistas não controladores		-	-	1.128	1.942
Total de resultados abrangentes		17.269	22.829	18.397	24.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)										
Saldo em 31/12/2023	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Participação de não controladores	Total	Patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2023		49.348	68.392	3.995	37.228	-	-	158.963	4.468	163.431
Constituição da reserva legal	15.b	-	-	1.141	-	(1.141)	-	-	(5.422)	(5.422)
Dividendos mínimos obrigatórios	15.b	-	-	-	-	(5.422)	(5.422)	(484)	(5.906)	(5.906)
Dividendos adicionais	15.b	-	-	-	-	(886)	(886)	(3.396)	(4.282)	(4.282)
Lucro líquido do exercício	15.b	-	-	-	17.269	22.829	22.829	1.942	24.771	24.771
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	15.380	(15.380)	-	-	-	-
Ações em tesouraria adquiridas	15.a	-	-	-	(3.263)	(3.263)	(3.263)	-	(3.263)	(3.263)
Saldo em 31/12/2024		49.348	68.392	5.136	49.345	-	-	172.221	2.530	174.751
Constituição da reserva legal	15.b	-	-	864	-	(864)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.b	-	-	-	-	(4.101)	(4.101)	(3.658)	(7.759)	(7.759)
Dividendos adicionais	15.b	-	-	-	-	(12.304)	(12.304)	-	(12.304)	(12.304)
Lucro líquido do exercício	15.b	-	-	-	17.269	22.829	22.829	1.128	18.397	18.397
Aquisição de participação societária	15.f	-	-	-	-	(19.893)	(19.893)	-	(19.893)	(19.893)
Pagamento baseado em ações	24	-	399	-	-	-	-	399	399	399
Saldo em 31/12/2025		49.348	68.791	6.000	49.345	(19.893)	-	153.591	-	153.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)				
1. Informações do Grupo: A Interplayers Soluções Integradas S.A. ("Companhia" ou "Interplayers"), possui sede na Av. Dr. Chucri Zaidan, 246 - Conj. 271 - Vila Cordeiro, São Paulo, Estado de São Paulo. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 abrangem a Companhia e suas controladas, além de investimentos em empresas coligadas (conjuntamente referidas como "Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo" descritas na Nota Explicativa nº 4.a). Em 30 de outubro de 2024 a CVM deferiu o pedido da Companhia e promoveu o cancelamento de seu registro para negociação de ações nos mercados regulamentados de valores mobiliários na categoria "A". a) Contexto operacional: O Grupo tem como objetivo social e estratégico a prestação de serviços de: • Administração de redes de relacionamento no ramo farmacêutico para indústria farmacêutica, higiene pessoais e cosméticos, empresas de administração de convênios, empresas administradoras de grupos de consumidores e outros, inclusive por meios eletrônicos e internet; • Prestação de serviços de call center, telemarketing e teleatendimento; • Prestação de serviços de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas; • Locação de mão de obra terceirizada; prestação de serviços de promoção de vendas e merchandising de produtos; fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; seleção e agenciamento de mão de obra; prestação de serviços de eventos; distribuição de material promocional; assessoria e consultoria em informática. b) Estrutura do Grupo: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Interplayers Soluções Integradas S.A. e de suas controladas a seguir relacionadas:				
Percentual de participação				
Controladas	Abreviação	2025	2024	
Ponto Extra Serviços Temporários Ltda.	P.E.S.M.	100%	100%	
ECS Participações Ltda.	ECS Par.	100%	100%	
Top Down Consultoria e Projetos S.A. (iii)	TD	100%	75%	
RX Tecnologia e Educação S.A.	Clinicarcx	100%	100%	
Conecta Médicos S.A. (ii)	Conecta	100%	100%	

As demonstrações financeiras não consolidam as seguintes empresas investidas:

Investidas	Abreviação	2025	2024
ECS Informática Ltda. (i)	ECS Inf.	50%	50%

(i) A Interplayers possui participação indireta na ECS Informática através de sua controlada ECS Participações. A Interplayers através da ECS Participações não detém o poder de controlar a investida ECS Informática, porém possui influência significativa pois participam nas definições de distribuições de dividendos e sobre a estrutura societária da Companhia. Dessa forma, a ECS Participações contabiliza esse investimento utilizando o método de equivalência patrimonial. (ii) Em 30 de abril de 2023 a Companhia aumentou a participação societária na Conecta para 50,8%, com o aumento, detém o controle na Conecta conforme definido no IAS 28/CPC 18 (R2). Dessa forma, a Companhia contabiliza esse investimento utilizando o método de equivalência patrimonial, conforme definido no parágrafo 16 do IAS 28/CPC 18 (R2). A partir de 1º de maio de 2023, a Companhia passou a apresentar demonstrações consolidadas com a Conecta de acordo com o CPC 36 (R3). E em 1º de julho de 2023, a Companhia concluiu a aquisição de 100% de participação. (iii) Em 03 de setembro de 2025 a Companhia aumentou a participação societária na Top Down para 100%, a Companhia já detinha o controle na Top Down conforme definido no IAS 28/CPC 18 (R2) e mantém a contabilização desse investimento utilizando o método de equivalência patrimonial, conforme definido no parágrafo 16 do IAS 28/CPC 18 (R2). A Companhia também apresenta demonstrações consolidadas com a Top Down de acordo com o CPC 36 (R3). **Outros investimentos:** Em 2017, a Companhia iniciou o programa "ACE GROWTH" em conjunto com a Aceleradora de Startups e Inovação Corporativa denominada ARGOTEC Inteligência Empresarial, para incentivar e investir em possíveis startups que tenham soluções consistentes e complementares às operações do Grupo. O programa segue em desenvolvimento. O total investimento até 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 150. Na linha de investimentos em startups, a Companhia investiu o total de R\$ 508 na Future Health ("Future"), uma startup de inovação para conteúdo digital para o segmento de saúde. No final da aceleração, em dezembro de 2023 a Companhia teria o direito de converter o investimento em participação de 50% do capital da Future, a seu exclusivo critério, o que não ocorreu. As partes estão em negociação para determinar a contrapartida suficiente ao investimento realizado. A Companhia monitora periodicamente os resultados da startup e possui a expectativa de adquirir a participação acionária conforme previsto em contrato, não havendo expectativas de perdas a serem consideradas até o momento. Esses investimentos são avaliados pelo método de custo, pois não houve aquisição de participação. **2. Base de preparação:** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração da Companhia no processo de gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2026. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. c) **Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. d) **Continuidade operacional:** Com base nos fatos e circunstâncias existentes nos encerramentos dos exercícios, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e do Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de longo prazo e

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

continuação

assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia: Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: A seguir apresentamos pronunciamentos novos ou revisados, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2025 que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas: • Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (intitulada "falta de conversibilidade") e CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial; • OCPC 10 - Créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBO). A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Novas normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes:** As Leis, normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas: Não esperam ter impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam: • IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações; • Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros; - Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7; • Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais; Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11. Esperam ter impactos significativos na aplicação da nova norma/ Lei: • IFRS 18/ CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. A norma substituirá o IAS 1 (CPC 26 (R1) - Apresentação de demonstrações financeiras) e propõe, entre outros, novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado do exercício, como novos totais e subtotais e a classificação das receitas e despesas distribuídas entre as categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas; além da divulgação em notas explicativas das medidas de desempenho definidas pela Administração; • Revisão de pronunciamentos técnicos nº 28/2025 - Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51. A Companhia e suas subsidiárias estão atuando na identificação dos impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas. • Lei Complementar nº 214/2025: publicada em 16 de janeiro de 2025, regulamenta a Reforma Tributária sobre o Consumo, com período de transição entre 2026 e 2033, instituindo: (i) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o ISS; (ii) Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), que unificará o PIS e COFINS. Em 2026 se iniciará a cobrança da CBS (aliquota inicial de 0,9%) e CBS (aliquota inicial de 0,1%). A CBS poderá ser compensada com o PIS/ COFINS devidos pelos contribuintes, portanto, inicialmente, para 2026, não haverá impactos nas demonstrações financeiras. Já a cobrança do ICMS e do ISS começará a ser reduzida em 10% ao ano até sua extinção em 2033. • Lei nº 15.270/2025: introduz, entre outros, a partir do ano-calendário de 2026, a obrigatoriedade de retenção do imposto de renda na fonte sobre lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas, que será aplicada quando o valor pago a uma mesma pessoa física residente no Brasil ultrapassar R\$ 50 em um único mês, com alíquota de 10%, considerada antecipação do IRPF do beneficiário. Não existem outras Leis, normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas. **4. Políticas Contábeis Materiais:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a) Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2025. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhes garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos; e, • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). O Grupo avalia periodicamente se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. Se o Grupo alienar o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for alienado e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for alienado (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Ativo, Passivo e Resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada por uma diluição de participação, perda de influência ou qualquer outra ação que não seja a alienação de sua participação, essa controlada continua representada das demonstrações financeiras sem, contudo, ter seus ativos, passivos e resultados consolidados. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Os investimentos não controlados são apresentados também no consolidado pelo método de equivalência patrimonial **b) Receita de Contratos com Clientes:** As receitas do Grupo têm origem no licenciamento de uso de software e na prestação de serviços de consultoria e treinamento em informática, mensageria e call center. a) O licenciamento de uso de software consiste na disponibilização aos clientes, das soluções tecnológicas pertencentes a Empresa. b) A mensageria consiste na disponibilização aos clientes, de uma plataforma para troca de mensagens entre sistemas e pessoas. c) Os serviços de call center consistem na oferta de estrutura física - como espaço físico, computadores etc. - estrutura tecnológica - como sistemas e processos - e recursos humanos, para atendimento telefônico utilizado pelos contratantes principalmente para atendimento de seus clientes ou colaboradores. d) As consultorias em informática referem-se à prestação de serviços técnicos especializados, de forma a suportar e/ou orientar os clientes quanto às suas demandas de tecnologia. e) Os treinamentos em informática compreendem no preparo e instruções dos clientes quanto ao uso das soluções tecnológicas disponibilizadas pela Companhia. Os treinamentos podem ocorrer durante a implantação de uma solução, ou a qualquer momento, por solicitação do Cliente. **Resultado Financeiro:** Os reconhecimentos das receitas acontecem de duas formas distintas: As receitas advindas do licenciamento de uso de software, mensageria e Call Center são registradas tão logo sejam atingidas todas as seguintes situações: a) A assinatura do contrato e a disponibilização dos recursos para o cliente; b) O valor das transações possa ser mensurado de maneira confiável, de acordo com as definições contratuais; c) Todos os riscos e benefícios inerentes a operação, sejam transferidos para o adquirente; d) Existam benefícios econômicos prováveis gerados em favor da Companhia. Essas receitas são reconhecidas mensalmente, pelo período de vigência do contrato comercial. Os serviços de consultoria e treinamento em informática tem suas receitas reconhecidas no resultado mensalmente, diretamente à medida que os serviços são prestados. Os registros de todas essas operações são efetuados de acordo com o regime de competência. O Grupo considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada como garantias. Ao determinar o preço de transação para a venda o Grupo considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver). As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: a) Receita de juros ativos de aplicações financeiras; b) Despesa de juros passivos sobre empréstimos e financiamento e taxas bancárias; c) Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; d) Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros em outras moedas; e) Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificadas como passivo financeiro. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **c) Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **d) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil

para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **i) Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. **ii) Despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos:** O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do tributo (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício. Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados do valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. **e) Imobilização: i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. **iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, conforme o IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado. E os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e celulares	2 a 3 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Benefícios em imóveis de terceiros *	4 - 10 anos

(*) e conforme prazo contratual do contrato de arrendamento. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando necessário. **f) Ativos Intangíveis e ágio:** i) **Combinação de negócios e Goodwill:** Quando a Companhia adquire o controle de um investimento, utiliza os procedimentos de uma combinação de negócios para contabilizar o investimento, seguindo as orientações do IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios. Para determinar o custo da aquisição a Companhia considera a soma de todos os valores a serem pagos/ transferidos pela aquisição do controle da adquirida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Quando a Companhia adquire o controle de um investimento, utiliza os procedimentos de uma combinação de negócios para contabilizar o investimento, seguindo as orientações do IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios. Para determinar o custo da aquisição a Companhia considera a soma de todos os valores a serem pagos/ transferidos pela aquisição do controle da adquirida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classifica-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, na demonstração do resultado. A cada combinação de negócios a Companhia identifica e determina: a) identificação da adquirida e do adquirente; b) determinação da data de aquisição; c) reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e das participações societárias de não controladores na adquirida; d) reconhecimento e mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou do ganho proveniente de compra vantajosa. Para reconhecimento do ágio (goodwill) a Companhia inicialmente, mensura o ágio como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Caso a contraprestação seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença será reconhecida como ganho na demonstração do resultado. O ágio é mensurado pelo custo e deve ser deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável, para qual a Companhia realizará testes do valor recuperável. O ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada unidade geradora de caixa da Companhia se espera que seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a esta unidade. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. O Grupo efetua anualmente a análise dos indicativos de perda para os ativos intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso da unidade geradora de caixa para comparação com os valores contábeis no final desse exercício. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros. **ii) Pesquisa e desenvolvimento e softwares desenvolvidos internamente:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. O prazo de vida útil é determinado considerando a funcionalidade, tecnologia, arquitetura, credibilidade, usabilidade e força no mercado. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. A amortização de software desenvolvido para uso interno foi registrada em despesas gerais e administrativas e a amortização de software desenvolvido para cliente foi registrada em custo dos serviços. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. **iii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **iv) Amortização:** A amortização é calculada para reduzir o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reco-

hecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas são as seguintes: As vidas úteis estimadas são as seguintes: Software e licença de software 1 - 5 anos Direitos adquiridos de software 5 anos Carteira de clientes 7 - 11 anos Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros dos ativos relacionados, são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. **v) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **g) Instrumentos financeiros:** O Grupo adotou o IFRS 9/CPC 48 - instrumentos financeiros em substituição ao IAS 39/CPC 38. As alterações relacionadas a essas políticas contábeis estão descritas a seguir: **i) Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. **ii) Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. **iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia deve reconhecer uma perda estimada para créditos de liquidação duvidosa em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. **iv) Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. **v) Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **vi) Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **vii) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **h) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria/ segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas em ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. **i) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **j) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável do dispêndio, observada a natureza de cada provisão. **k) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **l) Arrendamentos:** Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Sede da Companhia: 4 a 8 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental, que é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, conforme definição contida no IFRS 16/CPC 06 (R2), na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é reavaliado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo os seus arrendamentos de curto prazo de equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). m) **Classificação Corrente e Não Corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. n) **Pagamentos baseado em ações:** Nos termos do CPC 10 (R1), os planos de pagamento baseado em ações liquidados com instrumentos patrimoniais devem ser mensurados pelo valor justo dos instrumentos outorgados na data da concessão, sendo a despesa reconhecida ao longo do período de vesting, em contrapartida ao patrimônio líquido. A estimativa da quantidade de instrumentos que se espera adquirir é revisada periodicamente com base na probabilidade de cumprimento das condições de serviço e de performance não relacionadas ao mercado. **5. Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras:** a) **Caixa e equivalente de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	32	32	118	154
Aplicações financeiras	5.168	3.673	11.036	16.380
Total	5.200	3.705	11.154	16.534

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia e suas controladas. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e sujeitos à sujeição a um risco mínimo na mudança de seu valor. As aplicações financeiras possuem baixo risco de crédito, sendo remuneradas em condições e taxas médias de mercado de 100% do Certificado de Depósito Interbancários (CDI) a.a. em 31 de dezembro de 2025 (100% em 31 de dezembro de 2024). **b) Aplicações financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras	2.439	2.946	2.439	2.946
Total	2.439	2.946	2.439	2.946

Circulante

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	2.439	2.701	2.439	2.701
Total	2.439	2.701	2.439	2.701

A aplicação financeira do longo prazo consiste em Fundo de Renda Fixa de Longo Prazo, administrado e gerido pelo Banco do Brasil. Esse fundo permite resgate com prazo D+0 e tem como objetivo garantir 20% do saldo devedor referente ao crédito tomado para Capital de Giro, no valor de R\$ 8.277 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 15.000 em 31 de dezembro de 2024). **6. Contas a Receber:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cientes faturados	43.275	32.282	48.326	39.132
Cientes a faturar	16.050	4.641	23.236	10.137
Total	59.325	36.923	71.562	49.269

(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(578)	(670)	(622)	(748)
Total	58.747	36.253	70.940	48.521

O saldo de contas a receber de clientes corresponde aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber da controladora apresentou três clientes que, juntos, representam 13% da concentração do saldo. No o consolidado, não há concentração de clientes superior a 10%. Em 31 de dezembro de 2024, tanto na controladora quanto no consolidado, não foi observada concentração de clientes acima de 10%. **Abaixo estão descritos os recebíveis por idade:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Vencidos até 60 dias	57.214	35.266	69.227	45.942
Vencidos de 61 a 120 dias	1.442	644	1.553	1.605
Vencidos de 121 a 210 dias	413	509	496	641
Vencidos acima de 210 dias	256	495	286	519
Total recebíveis	59.325	36.923	71.562	49.269

A vencer

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Vencidos até 60 dias	1.442	644	1.553	1.605
Vencidos de 61 a 120 dias	413	509	496	641
Vencidos de 121 a 210 dias	256	495	286	519
Vencidos acima de 210 dias	9	9	9	562
Total	2.120	1.657	2.345	2.736

b) Movimentação dos investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 31/12/2023	1.424	1.668	150	508
Resultado de equivalência patrimonial	131	(302)	-	-
Amortização de mais valia	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-
Em 31/12/2024	1.555	1.366	150	508
Resultado de equivalência patrimonial	(253)	1.407	-	-
Amortização de mais valia	-	-	-	-
Aumento de participação Top Down (a)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes (b)	-	-	-	-
Reversão de dividendos (c)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-
Reclassificação para perda com investimento (d)	-	-	-	-
Em 31/12/2025	1.302	2.773	150	508

(a) Em 03 de setembro de 2025, a Companhia adquiriu a participação acionária detida por Pedro Freire Machado, correspondente a 25% do capital social da controlada Top Down Consultoria e Projetos S.A. O montante é o equivalente à participação adquirida na data da transação. Vide NE 13. (b) Refere-se ao reflexo dos outros resultados abrangentes relacionados à parcela do Programa de Incentivo registradas no Patrimônio líquido da investida Top Down. Programa de incentivo, vide NE 15 (d). (c) Provisão complementar dos dividendos adicionais distribuídos pela controlada Top Down após a aquisição dos 25% da participação (d) Perda com investimentos da controlada conecta, reclassificada para o grupo de perda em investimento no passivo circulante.

No Consolidado

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 31/12/2023	1.664	150	508	2.322
Resultado de equivalência patrimonial	(301)	-	-	(301)
Em 31/12/2024	1.363	150	508	2.021
Resultado de equivalência patrimonial	1.406	-	-	1.406
Em 31/12/2025	2.769	150	508	3.427

c) Sumário das informações financeiras das controladas e coligadas:

	2025				2024			
	Ponto Extra	ECS Par.	Clinicarx	Conecta*	Ponto Extra	ECS Par.	Clinicarx	Conecta*
Empresas investidas	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Porcentagem de participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ativos circulante	1.525	4	4.177	1.363	1.595	2.638	6	976
Ativos não circulantes	84	2.769	804	946	26	1.372	1.363	1.123
Passivos circulantes	(112)	-	(2.370)	(800)	(66)	(1.125)	(3)	(6.597)
Passivos não circulantes	(195)	-	(119)	(10.495)	(290)	-	-	(5.434)
Patrimônio líquido	1.302	2.773	2.492	(8.986)	1.555	2.595	1.366	(4.499)
Particip. do grupo nos ativos líquidos	1.302	2.773	2.492	(8.986)	1.555	2.595	1.366	(4.499)
Resultados	633	1.509	11.998	1.784	904	9.427	486	2.574
Receita	633	1.509	11.998	1.784	904	9.427	486	2.574
Lucro (prejuízo) do exercício	(253)	1.407	103	(4.486)	131	(1.047)	(302)	(3.190)
Participação do grupo no resultado	(253)	1.407	103	(4.486)	131	(1.047)	(302)	(3.190)
Empresa investidas	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
Porcentagem de participação	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
Ativos circulante	5.579	2.456	2.456	273	2.456	273	-	-
Ativos não circulantes	249	-	-	-	249	-	-	-
Passivos circulantes	(2.827)	-	-	-	(2.827)	-	-	-
Passivos não circulantes	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido (100%)	3.001	502	502	502	3.001	502	502	502
Participação do grupo nos ativos líquidos	4.327	251	251	251	4.327	251	251	251
Demais Sócios Ágio	1.187	1.187	1.187	1.187	1.187	1.187	1.187	1.187
Valor contábil na participação	5.514	1.438	1.438	1.438	5.514	1.438	1.438	1.438
Resultados	14.767	12.570	12.570	12.570	14.767	12.570	12.570	12.570
Receita operacional líquida	14.767	12.570	12.570	12.570	14.767	12.570	12.570	12.570
Lucro (prejuízo) do exercício	2.814	(702)	(702)	(702)	2.814	(702)	(702)	(702)
Total de resultado	2.814	(702)	(702)	(702)	2.814	(702)	(702)	(702)
Participação do grupo no resultado	1.407	(351)	(351)	(351)	1.407	(351)	(351)	(351)
9. Imobilizado:	173.076	2.694	(3.520)	172.250	173.076	2.694	(3.520)	172.250
Controladora	173.076	2.694	(3.520)	172.250	173.076	2.694	(3.520)	172.250
Custo	18.220	2.465	20.685	13.601	18.220	2.465	20.685	13.601
Capital de giro (a)	18.220	2.465	20.685	13.601	18.220	2.465	20.685	13.601
Financiamentos	2.677	3.332	6.009	532	2.677	3.332	6.009	532
Duplicatas descontadas (b)	1.610	-	1.610	1	1.610	-	1.610	1
Conta garantida	2.500	-	2.500	2.500	2.500	-	2.500	2.500
Total Empréstimos e financiamentos	25.007	5.797	30.804	16.634	25.007	5.797	30.804	16.634

(*) Os saldos referem-se às melhorias em sua sede administrativa. Os gastos dispendidos estão registrados na rubrica "Benefitórias em imóveis de terceiros" e a sua amortização é realizada de acordo com o período do contrato de aluguel.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

	2025			2024			Consolidado			
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Fiscais	Trabalhistas	Total	
Consolidado										
Em moeda nacional										
Com terceiros										
Capital de giro	18.220	2.465	20.685	13.601	11.872	25.473				
Duplicatas descontadas	1.610	-	1.610	1	-	1				
Conta garantida	2.500	-	2.500	2.500	-	2.500				
Financiamento	2.677	3.332	6.009	532	154	686				
Total Empréstimos e financiamentos	25.007	5.797	30.804	16.634	12.026	28.660				
(a) Em abril de 2025 a Companhia realizou um novo contrato de capital de giro junto ao Banco Itaú no valor de R\$ 12 milhões com vencimento final previsto para abril de 2027. (b) Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou operações de desconto de recebíveis de clientes junto ao Banco Itaú. Tais operações não implicaram a transferência substancial dos riscos e benefícios associados aos recebíveis, permanecendo a Companhia com responsabilidade sobre a sua liquidação. Dessa forma, os valores correspondentes estão registrados no passivo circulante, no grupo de empréstimos e financiamentos. Características dos empréstimos e financiamentos										
	Taxa de Juros (%) a.m.	Vencimento	2025	2024	2025	2024	Perda Possível em 2024			
Empréstimo bancário de R\$ 15.000	1,16%	17/06/2026	4.930	7.004	4.930	7.004	Perda Possível em 2025			
Empréstimo bancário de R\$ 15.000	1,15%	25/06/2027	3.149	4.930	3.149	4.930	O Grupo tem ações de natureza tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possível com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, sendo os montantes aqueles divulgados acima. Abaixo demonstramos as ações de probabilidade de perdas possíveis: Fiscais: Dentre os processos individualmente relevantes da controladora, destacam-se: (i) Em abril de 2016, a Delegacia da Receita Federal do Brasil autou a Companhia devido a um Processo Administrativo com auto de infração em que a autoridade fazendária aplicou multa isolada com base na receita bruta, com fundamento nos artigos 28 e 44, II, da alínea "b", da Lei nº 9.430/96, ante a suposta falta de recolhimento de estimativas de abril a dezembro de 2011. O Processo Administrativo está aguardando o julgamento para impugnação e está avaliado com risco de perda possível. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.038 (R\$ 2.135 em 31 de dezembro de 2024). (ii) Em 2021, a Companhia recebeu a cobrança de multa por compensação não homologada, calculada no percentual de 50% sobre o valor do direito creditório em discussão no Processo Administrativo. O valor envolvido com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 421 (R\$ 291 em 31 de dezembro de 2024). (iii) Em 2022, a Companhia foi notificada através de dois processos administrativos, os quais tratam de PER/DCOMP, que visa à compensação de crédito de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2016, composto de estimativas parceladas, com débitos próprios vencidos, em 31 de dezembro de 2025 a soma dos dois processos atualizados era de R\$ 4.944 (R\$ 6.508 em 31 de dezembro de 2024). (iv) Em 2022, a Companhia recebeu a cobrança de multa por compensação não homologada, calculada no percentual de 50% sobre o valor do direito creditório em discussão no Processo Administrativo nº 19613-732.672/2021-31, em 31 de dezembro de 2025 o valor do processo atualizado era de R\$ 1.901 (R\$ 1.800 em 31 de dezembro de 2024). (v) Em 2022, a Companhia recebeu multa por compensação não homologada, calculada no percentual de 50% sobre o valor do direito creditório em discussão no Processo Administrativo nº 19613-732.598/2021-52, em 31 de dezembro de 2025 o valor do processo atualizado era de R\$ 703 (R\$ 666 em 31 de dezembro de 2024). Trabalhistas: Os processos trabalhistas da controladora e consolidado classificados como de perda possível se referem aos processos movidos por ex-empregados da Companhia requerendo créditos trabalhistas, bem como ex-empregados de empresas prestadoras de serviços pleiteando, tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como demais créditos trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2025 os processos trabalhistas relevantes totalizaram a R\$ 4.690 (R\$ 2.094 em 31 de dezembro de 2024). Cíveis: Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, rescisões contratuais e cobranças feitas indevidamente. Não há ações que se destacam individualmente. Os valores das ações cíveis totalizam R\$ 153 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 293 em 31 de dezembro de 2024). b) Depósitos judiciais:			
			2025	2024	2025	2024	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Empréstimo bancário de R\$ 15.000	1,16%	17/06/2026	-	3.150	-	3.150	14.075	293	4.359	18.727
Empréstimo bancário de R\$ 15.000	1,15%	25/06/2027	2.465	7.333	2.465	7.333	14.524	-	4.825	19.349
Empréstimo bancário de R\$ 12.000	0,28%	28/04/2027	11.275	-	11.275	-				
Empréstimo bancário de R\$ 5.000	1,25%	15/10/2026	1.389	1.667	1.389	1.667				
Empréstimo bancário de R\$ 882	CDI-15	01/04/2026	154	532	154	532				
Contas Garantidas	1,50%	On demand	2.500	2.500	2.500	2.500				
Duplicatas Descontadas	1,83% a.m.-2,55% a.m.	On demand	1.610	1	1.610	1				
Total Circulante			25.007	16.634	25.007	16.634				
	Taxa de Juros (%) a.m.	Vencimento	2025	2024	2025	2024	Perda Possível em 2024			
Empréstimo bancário de R\$ 15.000	1,16%	17/06/2026	-	3.150	-	3.150	Perda Possível em 2025			
Empréstimo bancário de R\$ 15.000	1,15%	25/06/2027	2.465	7.333	2.465	7.333	O Grupo tem ações de natureza tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possível com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, sendo os montantes aqueles divulgados acima. Abaixo demonstramos as ações de probabilidade de perdas possíveis: Fiscais: Dentre os processos individualmente relevantes da controladora, destacam-se: (i) Em abril de 2016, a Delegacia da Receita Federal do Brasil autou a Companhia devido a um Processo Administrativo com auto de infração em que a autoridade fazendária aplicou multa isolada com base na receita bruta, com fundamento nos artigos 28 e 44, II, da alínea "b", da Lei nº 9.430/96, ante a suposta falta de recolhimento de estimativas de abril a dezembro de 2011. O Processo Administrativo está aguardando o julgamento para impugnação e está avaliado com risco de perda possível. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.038 (R\$ 2.135 em 31 de dezembro de 2024). (ii) Em 2021, a Companhia recebeu a cobrança de multa por compensação não homologada, calculada no percentual de 50% sobre o valor do direito creditório em discussão no Processo Administrativo. O valor envolvido com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 421 (R\$ 291 em 31 de dezembro de 2024). (iii) Em 2022, a Companhia foi notificada através de dois processos administrativos, os quais tratam de PER/DCOMP, que visa à compensação de crédito de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2016, composto de estimativas parceladas, com débitos próprios vencidos, em 31 de dezembro de 2025 a soma dos dois processos atualizados era de R\$ 4.944 (R\$ 6.508 em 31 de dezembro de 2024). (iv) Em 2022, a Companhia recebeu a cobrança de multa por compensação não homologada, calculada no percentual de 50% sobre o valor do direito creditório em discussão no Processo Administrativo nº 19613-732.672/2021-31, em 31 de dezembro de 2025 o valor do processo atualizado era de R\$ 1.901 (R\$ 1.800 em 31 de dezembro de 2024). (v) Em 2022, a Companhia recebeu multa por compensação não homologada, calculada no percentual de 50% sobre o valor do direito creditório em discussão no Processo Administrativo nº 19613-732.598/2021-52, em 31 de dezembro de 2025 o valor do processo atualizado era de R\$ 703 (R\$ 666 em 31 de dezembro de 2024). Trabalhistas: Os processos trabalhistas da controladora e consolidado classificados como de perda possível se referem aos processos movidos por ex-empregados da Companhia requerendo créditos trabalhistas, bem como ex-empregados de empresas prestadoras de serviços pleiteando, tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como demais créditos trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2025 os processos trabalhistas relevantes totalizaram a R\$ 4.690 (R\$ 2.094 em 31 de dezembro de 2024). Cíveis: Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, rescisões contratuais e cobranças feitas indevidamente. Não há ações que se destacam individualmente. Os valores das ações cíveis totalizam R\$ 153 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 293 em 31 de dezembro de 2024). b) Depósitos judiciais:			
Empréstimo bancário de R\$ 12.000	0,28%	28/04/2027	3.332	-	3.332	-				
Empréstimo bancário de R\$ 5.000	1,25%	15/10/2026	-	1.389	-	1.389				
Empréstimo bancário de R\$ 882	CDI-15	01/04/2026	-	154	-	154				
Total Não Circulante			5.797	12.026	5.797	12.026				
Movimentação dos empréstimos:										
	31/12/2024	Captação	Juros (resultado)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2025				
Em moeda nacional										
Capital de giro	25.473	11.778	4.077	(13.712)	(4.077)	23.539				
Financiamentos	686	-	22	(532)	(22)	154				
Duplicatas descontadas	1	3.274	76	(1.664)	(76)	1.611				
Conta garantida	-	2.500	10.500	-	(7.500)	5.500				
Total Empréstimos e financiamentos com terceiros	28.660	25.552	4.175	(23.408)	(4.175)	30.804				
	31/12/2023	Captação	Juros (resultado)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2024				
Em moeda nacional										
Capital de giro	34.142	-	3.647	(8.669)	(3.647)	25.473				
Financiamentos	-	969	33	(283)	(33)	686				
Duplicatas descontadas	-	1	-	-	-	1				
Conta garantida	-	2.500	-	-	-	2.500				
Total Empréstimos e financiamentos com terceiros	34.142	3.470	3.680	(8.952)	(3.680)	28.660				
	31/12/2024	Captação	Juros (resultado)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2025				
Capital de giro	25.473	11.778	4.077	(13.712)	(4.077)	23.539				
Financiamento	686	-	22	(532)	(22)	154				
Duplicatas descontadas	1	3.274	76	(1.664)	(76)	1.611				
Conta garantida	2.500	10.500	-	(7.500)	-	5.500				
Total Empréstimos e financiamentos com terceiros	28.660	25.552	4.175	(23.408)	(4.175)	30.804				
	31/12/2023	Captação	Juros (resultado)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2024				
Capital de giro	34.142	-	3.647	(8.669)	(3.647)	25.473				
Financiamento	149	969	33	(432)	(33)	686				
Duplicatas descontadas	-	1	-	-	-	1				
Conta garantida	-	2.500	-	-	-	2.500				
Total Empréstimos e financiamentos com terceiros	34.291	3.470	3.680	(9.101)	(3.680)	28.660				
Covenants e garantias contratuais: A Companhia e suas controladas não possuem, contratos de empréstimos ou financiamentos com cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações relacionadas à manutenção de índices financeiros, cuja violação tornaria o pagamento da dívida automaticamente exigível. Adicionalmente, a Companhia possui cláusulas de covenants para indicadores não financeiros, os quais estavam integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Companhia possui contrato de capital de giro junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 15 milhões, com vencimento final previsto para junho de 2026, o qual possui uma garantia financeira que exige contratualmente, que a Companhia mantenha no mínimo, 20% do saldo devedor em aplicações financeiras. Parte dos recursos da Companhia permanece aplicada e indisponível para uso. Vide nota 5.b. 12. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:										
	2025	2024	2025	2024	2025	2024				
Salários a pagar	4.306	4.307	9.138	8.121	8.121	8.846				
Provisão de Férias e encargos	6.114	5.571	10.271	8.846	8.846	8.846				
Programa de Participação nos Resultados (PPR)	2.244	1.338	2.648	2.687	2.687	2.687				
Outras Obrigações a pagar	181	42	252	43	43	43				
	12.845	11.258	22.309	19.697	19.697	19.697				
13. Obrigações por Aquisição de Investimentos: As obrigações por aquisição dos investimentos referem-se a valores devidos aos acionistas anteriores das empresas adquiridas negociadas com pagamento parcelado ou por retenção de garantia. As obrigações estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:										
	31/12/2025	31/12/2024								
	Controladora / Consolidado	Controladora / Consolidado								
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total				
Top Down	25.600	4.386	29.986	7.400	3.369	10.769				
Total	25.600	4.386	29.986	7.400	3.369	10.769				
Circulante	12.600	2.063	14.663	800	364	1.164				
Não Circulante	13.000	2.323	15.323	6.600	3.005	9.605				
Aquisição de participação adicional Top Down: Em 03 de setembro de 2025, a Companhia adquiriu participação adicional correspondente a 25% do capital social da Top Down Consultoria e Projetos S.A., anteriormente detida por Pedro Freire Machado, pelo valor total de R\$ 25.000, passando a deter a totalidade do controle da investida. Na data da transação, o patrimônio líquido contábil da Top Down totalizava R\$ 20.444, sendo reconhecida a participação de não controladores ("NCI") correspondente a R\$ 5.111. A diferença entre o valor pago na aquisição e o valor contábil da participação adquirida, no montante de R\$ 19.889, foi registrada diretamente no patrimônio líquido da Companhia, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, conforme previsto para transações com sócios não controladores que não resultam em perda de controle. Vide NE 15(f). Parte do valor da aquisição foi objeto de pagamento na data da transação e o saldo remanescente será liquidado em 22 parcelas mensais, atualizadas, as quais encontram-se registradas no passivo circulante e não circulante na rubrica obrigações por aquisição de investimentos. Como garantia dessa obrigação, foram alienadas fiduciariamente 1.118.280 ações ordinárias de emissão da Interplayers Soluções Integradas S.A., representativas de 2% de seu capital social. a) Movimentação dos saldos de obrigações por aquisição de investimentos:										
	Top Down	RX Tecnologia	Total							
Saldo em 31/12/2023	16.021	16.393	32.414							
Reversão de obrigação (i)	-	(16.393)	(16.393)							
Pagamento - Principal	(4.800)	-	(4.800)							
Pagamento - Juros	(1.964)	-	(1.964)							
Juros provisionados	1.512	-	1.512							
Saldo em 31/12/2024	10.769	-	10.769							
Adição (ii)	25.000	-	25.000							
Pagamento - Principal	(6.800)	-	(6.800)							
Pagamento - Juros	(435)	-	(435)							
Juros provisionados	1.452	-	1.452							
Saldo em 31/12/2025	29.986	-	29.986							
Circulante	14.663	-	14.663							
Não circulante	15.323	-	15.323							
(i) Reversão de saldo por não atingimento das metas e indicadores de desempenho estabelecidos contratualmente os quais não foram atingidos e, consequentemente, a obrigação de pagamento não é devida. O montante de R\$16.393 dessa obrigação, foi baixado e reconhecido como outras receitas no resultado da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19(iii). (ii) Saldo a pagar decorrente da aquisição de 25% de 03 de setembro de 2025 do capital social da Top Down, anteriormente detido por Pedro Freire. b) Fluxo de pagamento em 2025:										
2026	14.663									
2027	15.323									
Saldo de obrigações por aquisição de investimentos	29.986									
14. Provisão para Contingências: a) Contingências:										
			Controladora							
Provisão para contingências	Fiscais	Trabalhistas	Total							
Saldo em 31/12/2023	336	691	1.027							
Adições / (Reversões)	1	888	889							
Atualização monetária	14	115	129							
Saldo em 31/12/2024	351	1.694	2.045							
Adições / (Reversões)	-	(613)	(613)							
Pagamentos	-	(340)	(340)							
Atualização monetária	20	284	304							
Saldo em 31/12/2025	371	1.025	1.396							

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. Empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais. b) **Gerenciamento dos riscos financeiros:** O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. **Estrutura de gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura

continuação



continuação

Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

de gerenciamento de risco do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

ii) Riscos de crédito: Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Consolidado	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	11.154	16.534
Aplicações financeiras	2.439	2.946
Contas a receber de clientes	70.940	48.521
Partes relacionadas	306	514
	84.839	68.515

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Companhia (caixa e equivalentes de caixa) encontram-se atualizados por índices financeiros equivalentes àqueles em vigor no mercado na data dos balanços, sendo avaliados por sua Administração como de riscos mínimos, pois as operações são realizadas com instituições financeiras de reconhecida solidez e dentro de limites aprovados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia possui uma carteira de clientes bastante diversificada e estabelece uma estimativa de provisão para perdas com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises extensivas dos riscos de crédito dos respectivos clientes e que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação às contas a receber (divulgações adicionais são fornecidas na nota explicativa 6). **ii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. O Grupo busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos altamente negociáveis em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (outros que não "Fornecedores") para os próximos 60 dias. A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações financeiras em títulos de renda fixa, não aplicando seus recursos em operações no mercado aberto (bolsa de valores). **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

Consolidado	Valor contábil	Fluxo de caixa futuro, meses					
		incluindo juros	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	30.804	34.229	11.816	16.233	6.180	-	-
Arrendamento	9.892	15.861	1.003	1.003	1.917	5.372	6.566
Fornecedores e outras contas a pagar	12.417	13.526	10.900	2.626	-	-	-
Obrigação por aquisição de investimento	29.986	29.986	6.000	8.664	7.000	-	8.322
Dividendos a pagar	17.291	17.291	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	2.811	2.811	-	-	-	-	-
	103.201	113.704	49.821	28.526	15.097	5.372	14.888

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **iii) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não operou com instrumentos derivativos no período de doze meses, findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Risco da taxa de juros:** A Companhia está exposta às variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos e financiamentos. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de negociação de taxa fixa. A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nos outros investimentos financeiros. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

Perfil dos instrumentos financeiros	Consolidado	
	2025	2024
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos Financeiros		
Aplicações financeiras	11.036	16.380
Passivos Financeiros		
Fornecedores e outras contas a pagar	12.417	14.086
Empréstimos e financiamentos	30.804	28.660
Obrigações por aquisição de investimento	29.986	10.769
	73.207	53.515

c) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros: Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e fundos de investimentos de renda fixa. **i) Ativos Financeiros:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual o Grupo estava exposto na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 15,00% e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldo Em 31/12/2025	Risco	Cenário		
			Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	11.036	Redução CDI	15,00%	11,25%	7,50%
Receita financeira	1.655		1.242		828

ii) Passivos Financeiros: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador às dívidas às quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses no valor de 15% e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta e a despesa financeira", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2025	Risco	Cenário		
			Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Empréstimos e financiamentos	30.804	Aumento CDI	18,75%	18,75%	22,50%
Obrigações por aquisição de investimento	29.986	Aumento CDI	4,498	5,622	6,747
Despesa financeira	60.790		9.119	11.398	13.678

17. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) **Conciliação da taxa efetiva:** A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	20.531	29.433	21.923	30.727
Alíquota oficial de imposto %	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial	(6.981)	(10.007)	(7.454)	(10.447)
Diferenças permanentes	(2.722)	(2.636)	(2.725)	(3.323)
Equivalência patrimonial	(176)	484	478	(102)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda diferido de anos anteriores reconhecido no exercício	-	319	-	140
Entidades tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	267
Saldo negativo de controladas	-	(1.646)	(1.543)	-
Lei do Bem	6.484	5.150	7.689	8.962
Outras	133	86	132	90
	(3.262)	(6.604)	(3.526)	(5.956)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.810)	(3.524)	(5.825)	(3.663)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.548	(3.080)	2.299	(2.293)
	(3.262)	(6.604)	(3.526)	(5.956)
Alíquota efetiva	(15,89%)	(22,44%)	(16,08%)	(19,38%)

b) **Movimentação dos Impostos Diferidos:** O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32. O Grupo tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura. Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

Na Controladora	31/12/2024		31/12/2025	
	Ativo diferido	no Resultado	Ativo diferido	no Resultado
Provisão para contingências	749	(48)	701	-
Provisões de bônus	1.716	308	2.024	-
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	227	(171)	56	-
Provisão desvalorização imobilizado	1.184	2.032	3.216	-
Arrendamentos	1.160	(369)	791	-
Agio decorrente de incorporação reversa	(8)	-	-	-
Amortização de mais valia	4.051	-	4.051	-
Earn-out	(5.573)	-	(5.573)	-
	3.506	1.752	5.258	-
Passivo diferido				
Arrendamentos	(665)	796	131	131
	(665)	796	131	131
Impostos diferidos, líquido	2.841	2.548	5.389	5.389

Na Controladora

Ativo diferido	31/12/2024		31/12/2025	
	Saldo em	Reconhecidos	Saldo em	Reconhecidos
Provisão para contingências	2.484	(388)	2.096	-
Provisões de bônus	2.349	172	2.521	-
Provisão Devedores Duvidosos	255	(222)	33	-
Provisão desvalorização imobilizado	1.184	2.349	3.533	-
Arrendamento - Direito de uso	1.008	(348)	660	-
Agio decorrente de incorporação reversa	(8)	-	(8)	-
Prejuízo fiscal acumulado	169	-	169	-
Earn-out	(5.573)	-	(5.573)	-
Amortização de mais valia	4.051	-	4.051	-
Passivo diferido	5.919	1.563	7.482	7.482
Passivo de arrendamento	(625)	736	111	111
	(625)	736	111	111
Impostos diferidos líquido	5.294	2.299	7.593	7.593

c) **Projeção de realização de impostos diferidos:** O ativo fiscal diferido possui o seguinte perfil estimado de realização:

Em 31/12/2025	Controladora	Consolidado
Em 2026	1.348	2.214
A partir de 2027	4.041	5.911
Total	5.389	8.125

18. Receita Operacional Líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prestação de serviços	252.417	219.709	337.729	303.404
Receita bruta total	252.417	219.709	337.729	303.404
(-) Impostos sobre vendas	(28.260)	(26.266)	(38.019)	(36.329)
Total de receita	224.157	193.443	299.710	267.075

19. Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	(126.465)	(115.652)	(184.413)	(164.160)
Despesas gerais e administrativas	(40.231)	(34.428)	(66.564)	(65.840)
Despesas comerciais e marketing	(17.155)	(15.660)	(20.288)	(16.643)
Outras receitas (despesas) operacionais (**)	(739)	16.283	47	15.984
	(184.590)	(149.457)	(271.218)	(230.659)

Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mão de Obra Própria	(105.352)	(102.883)	(156.567)	(150.109)
Serviços com Terceiros (i)	(23.237)	(17.610)	(29.326)	(25.987)
Depreciação e Amortização	(13.115)	(10.884)	(26.476)	(24.114)
Manutenção de Softwares	(24.201)	(11.592)	(27.038)	(14.275)
Manutenção/Conservação e Infraestrutura (ii)	(3.625)	(6.038)	(5.245)	(8.473)
Serviços com Datacenter/Telecom/Cloud	(11.770)	(9.286)	(21.404)	(16.019)
Ganho de Investimentos (iii)	-	16.393	-	16.393
Baixa por Impairment	-	(2.671)	-	(2.671)
Viagens e Estádias	(2.318)	(1.907)	(2.661)	(2.618)
Baixas, perdas e recuperação de créditos	(825)	(1.202)	(1.165)	(1.193)
Provisão e reversão da PCLD	92	(191)	126	(209)
Outras receitas (despesas) operacionais (iv)	(602)	(67)	(875)	561
Indenização trabalhista	(169)	(380)	(188)	(382)
Despesas tributárias	(135)	(121)	(226)	(187)
Provisões para Contingências	307	(1.018)	(173)	(1.376)
	(184.590)	(149.457)	(271.218)	(230.659)

(i) Os valores referem-se principalmente a serviços de auditoria, advogados, publicações e consultoria de recursos humanos e informática. (ii) Em 2025 houve a redução nos serviços prestados pela Sales Force à Interplayers, sendo estes, relacionados a manutenção de equipamentos. (iii) Em 31 de outubro de 2022 a Companhia adquiriu a controlada Clinicarx, parte do preço de aquisição foi estabelecido através de um arranjo de pagamento baseado em earn-out, condicionado ao atingimento de metas atreladas à indicadores financeiros referentes aos exercícios de 2023 e 2024. A obrigação de earn-out foi apurada à época no valor de R\$16.393, sendo contabilizada no passivo da Companhia. Após a avaliação dos indicadores de desempenho da Clinicarx, constatou-se que as metas para os períodos não foram atingidas e, consequentemente, o valor de R\$16.393 dessa obrigação foi baixado e reconhecido como outras receitas no resultado da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. (iv) A movimentação apresentada nesta linha é reflexo das baixas de imobilizado e benfeitorias, em função do encerramento de contrato devido a mudança de endereço. **20. Resultado Financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras				
Juros com empréstimos e financiamentos	(5.411)	(4.304)	(5.484)	(4.444)
Despesas bancárias	(465)	(578)	(499)	(625)
Despesas de juros aquisições de controlada	(1.452)	(1.512)	(1.452)	(1.512)
Despesa de juros com mútuos	(1.115)	(406)	-	(1.225)
Multa e juros sobre débitos tributários	(735)	(271)	(775)	(351)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(579)	(410)	(650)	(574)
Outras despesas financeiras	(1.046)	(357)	(1.243)	(629)
	(10.803)	(7.838)	(10.103)	(9.360)
Receitas financeiras				
Receitas com aplicações financeiras	383	502	574	986
Juros ativos	2.091	1.524	1.120	2.474
Outras receitas financeiras	376	391	434	512
	2.850	2.417	2.128	3.972
Receitas e despesas financeiras, líquidas (7.953)	(7.953)	(5.421)	(7.975)	(5.388)

21. Lucro Líquido por Ação: Para os exercícios de 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui instrumentos com potencial efeito diluente. O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Consolidado	
	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício	18.397	24.771
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico	52.000	52.000
Resultado por ação		
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	0,3538	0,4764

22. Direito de uso e passivo de arrendamento: Para a adoção inicial, a taxa de desconto utilizada foi de 12,59% a.a. e um prazo médio de 10 anos descontados pela taxa incremental nominal. Os prazos finais dos arrendamentos, do Grupo, estão atrelados ao período de novembro de 2025 a junho de 2034. O passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. Abaixo demonstramos a movimentação de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 31/12/2023	2.733	3.382		
Impacto da atualização anual do contrato	-	27	-	27
Adição				

Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

participante quando efetivamente transferidas, observados os termos e condições previstos contratualmente. **Condições de serviço e performance:** A aquisição do direito às ações está sujeita ao cumprimento cumulativo de condição de serviço e condição de performance. A condição de serviço requer a permanência ininterrupta do participante no cargo de Diretor Executivo da Companhia (ou de suas subsidiárias), até 31 de dezembro de 2027. A condição de performance está vinculada ao atingimento, pela Companhia, de metas de CAGR de EBITDA consolidado, apurado com base nas demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2027, apresentamos a seguir a faixas de Faixas de atingimento e quantidade potencial de ações:

Atingimento do indicador	Percentual da outorga-alvo	Quantidade potencial de ações*
Inferior ao mínimo aceitável	30%	38.645
Mínimo aceitável	50%	64.408
Meta	100%	128.816
Igual ou superior ao máximo esperado	150%	193.224

(*) quantidades potenciais meramente indicativas, sujeitas aos critérios de arredondamento previstos contratualmente ou definidos pela Administração. **Julgamentos, estimativas e premissas:** O reconhecimento contábil do plano requer o uso de julgamentos e estimativas por parte da Administração, especialmente no que se refere:

Item	Descrição
Permanência do participante	Avaliação da probabilidade de cumprimento da condição de serviço até o término do período de vesting
Atingimento de metas	Estimativa quanto ao cumprimento da condição de performance prevista contratualmente
Quantidade estimada de ações	Revisão periódica da quantidade de ações esperadas para vesting
Reconhecimento contábil	Ajustes prospectivos no resultado e no patrimônio líquido quando houver revisão de estimativas

Valores reconhecidos no exercício: Até 31 de dezembro de 2025, não houve transferência

das ações ao participante, tendo em vista que o plano permanece dentro do respectivo período de vesting e está sujeito ao cumprimento integral das condições contratuais estabelecidas. A Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis relacionados ao plano: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu a provisão em despesas de pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 399, sendo R\$ 282 relacionado aos executivos do Plano relacionados à controladora Interplayers e R\$ 117, relacionado aos executivos da controlada Top Down. **25. Informações por Segmentos:** A Companhia efetuou a análise das informações por segmento de acordo com o CPC 22 / IFRS 8 – Informações por segmentos e concluiu que para os exercícios findos em 2025 e 2024, o Conselho de Administração, como principal tomador de decisão, avalia os resultados operacionais, monitora, toma as decisões considerando a Companhia como um único segmento operacional, administrados no âmbito do Grupo. As CGUs utilizadas para testes de recuperabilidade correspondem a unidades operacionais inferiores aos segmentos reportáveis, mas são conciliáveis com eles. **26. Transações que não afetam caixa:** As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Aquisição de participação societária sem alteração de controle	19.892	-	19.892	-
Baixa de ativos imobilizados decorrentes de mudanças da sede Baixa de contrato de arrendamento decorrente de mudanças da sede	1.377	-	1.400	-
Arrendamentos contratados	1.846	-	1.914	-
Dividendos declarados e não pagos	-	8.317	-	8.317
Ações em tesouraria	17.291	6.308	17.291	10.188
	-	3.263	-	3.263
	40.406	17.888	40.497	21.768

27. Cobertura de Seguros: O Grupo, com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil. Os seguros que tiveram suas vigências encerradas até a data de apresentação das Demonstrações financeiras tiveram suas renovações efetivadas. Abaixo demonstramos as vigências das coberturas:

Ramo	Seguradora	De	Até	Limite máximo de responsabilidade
Administradores e diretores – D&O	Yelum Seguradora	01/02/2026	01/02/2027	20.000
Incêndio tradicional	Porto Seguro	09/08/2025	09/08/2026	10.000
Riscos Cibernéticos	AIG Seguros	09/08/2025	09/08/2026	6.000

28. Eventos Subsequentes: Operação Societária: Em 19 de março de 2026, a Companhia celebrou instrumento contratual no contexto de uma transação societária estratégica, cuja consumação permanece sujeita ao atendimento de condições precedentes usuais para esse tipo de operação, inclusive autorizações regulatórias aplicáveis. O referido instrumento prevê a adoção de determinadas medidas a serem implementadas no fechamento, envolvendo ajustes societários e deliberações corporativas, conforme previsto contratualmente. Na data de autorização para emissão destas Demonstrações Financeiras, a operação ainda não havia sido concluída, em razão do não atendimento integral das condições estabelecidas. A Administração avaliou que se trata de evento subsequente que não requer ajuste nas presentes Demonstrações Financeiras, uma vez que, até a data-base, não estavam satisfeitas as condições necessárias para a conclusão da operação, não havendo, portanto, efeitos contábeis reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras. **Nomeação de diretores estatutários:** Após o encerramento do exercício, a Administração deu início ao processo de reorganização da Diretoria Estatutária da Companhia, contemplando a nomeação de novos diretores estatutários, em linha com a estratégia e a estrutura de governança corporativa. As referidas nomeações estão sujeitas às aprovações societárias aplicáveis, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Na data de autorização para emissão destas Demonstrações Financeiras, as nomeações ainda não haviam sido formalmente aprovadas, razão pela qual não há impactos contábeis a serem reconhecidos nas presentes Demonstrações Financeiras.

Administração
Araldo José Lewis e Sá Filho - Diretor Presidente
Rodrigo de Melo Galesi - CEO
Gustavo Marini Rodrigues - Diretor Financeiro e RI

Controlador
Jamilson Antonio Gomes de Lima - CRC nº 1SP195789/0-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Interplayers Soluções Integradas S.A.**, São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Interplayers Soluções Integradas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. 4 Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2026.

Ernst & Young
Auditor Independente S.S. Ltda.
CRC SP-034519/0

Felipe Kasai Marcos
Contador
CRC SP-300620/0

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

CNPJ/MF nº 58.056.076/0001-19 - NIRE 3530065117-1

Relatório da Administração 2025

Relatório da Administração 2025

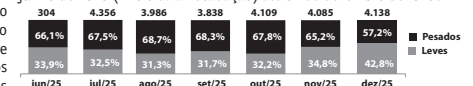
São Paulo (SP), 30 de março de 2026 – A EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. (“Companhia” ou “EPR Infra Lote 6”) divulga seus resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.**: A EPR Infra Lote 6 é uma sociedade por ações de capital fechado, de propósito específico, constituída em 18 de outubro de 2024, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 21, 2º andar, Bairro Jardim Paulista, no município de São Paulo - SP. A Companhia e suas controladas, EPR Engenharia S.A. e EPR Iguazu S.A. (em conjunto denominadas “Grupo”), tem por objeto social explorar, no território nacional, (i) projetos de infraestrutura em transporte, através da exploração direta e/ou participação em sociedades de propósitos específicos que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais; (ii) aluguel de curta ou longa duração de máquinas e equipamentos, elétricos ou não, comerciais e industriais, sem operador, (iii) testes físicos, químicos e outros testes analíticos de todos os tipos de materiais e de produto; e (iv) agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação. **EPR Engenharia S.A.**: A controlada EPR Engenharia S.A. (“EPR Engenharia”), atua em atividades relacionadas à engenharia e à gestão de obras, incluindo o planejamento, execução, fiscalização e supervisão de projetos. A controlada atua de maneira estratégica, oferecendo soluções integradas para a realização de obras, sempre com foco na qualidade e no cumprimento dos prazos. Seu modelo de operação é voltado para a prestação de serviços exclusivamente para as empresas do grupo. **EPR Iguazu S.A.**: A controlada EPR Iguazu S.A. (“EPR Iguazu”) e, em conjunto com a Companhia, “Grupo”) foi constituída em 18 de outubro de 2024, a Companhia tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário integrante do Lote 6 – Rodovias do Paraná. Este lote abrange trechos das rodovias federais BR-163, BR-277 e BR-469, bem como das rodovias estaduais PR-158, PR-180, PR-182, PR-280 e PR-483, conforme previsto no Edital de Concessão nº 05/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e no respectivo contrato de concessão firmado em 11 de abril de 2025 (“Contrato de Concessão”). O contrato de concessão estabelece o prazo de 30 anos para a exploração do referido sistema rodoviário, conferindo à EPR Iguazu o direito de prestar os serviços mencionados e de auferir receitas por meio da cobrança de tarifa de pedágio, bem como da exploração de receitas extraordinárias expressamente autorizadas pela ANTT, nos termos e condições contratuais. Em 16 de maio de 2025, a controlada deu início às suas atividades operacionais de inspeção de tráfego, socorro mecânico e socorro médico. A principal fonte de receita da controlada ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 28 de junho de 2025. Os reajustes tarifários ocorrerão de forma anual, tendo como data base do reajuste o mês de abril, ou em situações excepcionais, conforme previsto contratualmente. A extensão total da malha rodoviária sob concessão é de 662,1 km, abrangendo dois principais trechos: (i) da BR-277, do entroncamento com a BR-373/PR-452, próxima ao município de Guarapuava (PR), até a Ponte da Amizade, na divisa entre Brasil e Paraguai, em Foz de Iguazu, passando por Cascavel; e (ii) de Cascavel até Pato Branco, no sudoeste do estado, passando pela cidade de Francisco Beltrão. A concessão contempla 9 praças de pedágio, sendo 6 atualmente existentes e 3 as quais possuem previsão para início da operação em 2026. O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) funcionará 24 horas por dia em 11 bases ao longo do trecho concedido, oferecendo suporte emergencial aos usuários. A principal fonte de receita da controlada é a arrecadação de tarifas de pedágio, receitas extraordinárias e as correspondentes receitas financeiras delas decorrentes. Os reajustes tarifários ocorrerão de forma anual ou em situações excepcionais, conforme previsto contratualmente. **Grupo EPR**: A EPR Participações S.A. (“EPR”), acionista controladora direta da EPR Infra Lote 6, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consórcio da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura. O Grupo EPR, por meio da EPR Triângulo, da EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira, EPR Litoral Pioneiro e EPR Iguazu (sociedades de propósito específico), administra, respectivamente, três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e duas concessões federais de rodovias no Estado do Paraná (“Grupo EPR”). Em 23 de outubro de 2025, o Grupo EPR sagrou-se vencedor do leilão da concessão federal do lote 4 do estado do Paraná. A EPR Paraná firmou contrato de concessão no 1º trimestre de 2026. **Mensagem do Diretor Presidente**: A EPR Infra Lote 6 é a controladora da EPR Iguazu. Em maio de 2025, a EPR Iguazu iniciou suas operações, e um dos destaques desse período foi a implantação de uma comissão tripartite, formada por representantes da ANTT, da concessionária e dos usuários da rodovia. Além de atender a uma determinação contratual, a criação dessa comissão reforça o compromisso do Grupo EPR com a construção de sua licença social, fortalecendo o diálogo e o relacionamento transparente com a sociedade. O Plano de 100 Dias, implementado de forma pioneira pela EPR Via Mineira, concessionária do Grupo EPR em Minas Gerais, orientou esforços para a execução de dez intervenções prioritárias, realizadas em paralelo aos serviços iniciais. A iniciativa evidenciou o compromisso da Companhia e da sua controlada com a segurança dos usuários e a melhoria da trafegabilidade, amparada por processos de escuta ativa com comunidades locais e autoridades. Como resultado dos investimentos e avanços realizados, terminamos o ano de 2025 com uma receita líquida ajustada no valor de R\$ 347,1 milhões e margem EBITDA de 63,5%. O tráfego na sua controlada EPR Iguazu foi de 2025 foi de 24,8 milhões de eixos equivalentes. Destaque também para a captação de R\$ 9,2 bilhões junto ao BNDES. O financiamento foi estruturado por meio da 2ª emissão de debêntures, composta por oito séries, totalizando R\$ 8,6 bilhões, a maior contratação de debêntures de 2025 no país, além de R\$ 605 milhões provenientes da linha FINEM. Estes recursos serão destinados para os investimentos de expansão e modernização da infraestrutura da rodovia. A segurança viária foi um dos principais focos de 2025. Com ações voltadas à requalificação do pavimento, melhorias na drenagem, reforço da sinalização e implantação de sistemas de iluminação, a EPR Iguazu promoveu uma rodovia mais eficiente, segura e adequada às necessidades dos usuários. Também foram implementadas novas bases de atendimento e serviços operacionais, ampliando a capacidade de resposta e garantindo suporte imediato aos usuários. Essas estruturas integram a missão da Companhia e sua controlada de promover mobilidade com qualidade, eficiência e segurança. Ao longo de 2025, diversas ações sociais e ambientais foram desenvolvidas. Entre elas, destaca-se o Programa Conviver, iniciativa do Grupo EPR que organiza, integra e amplia as ações de conscientização já realizadas pela EPR Iguazu e pelas demais concessionárias do grupo. O programa estimula o uso seguro da infraestrutura, incentiva a manutenção preventiva dos veículos e reforça a valorização e preservação da vida, contribuindo diretamente para a segurança de todos que utilizam as rodovias. Para 2026, a Companhia seguirá realizando os investimentos previstos no contrato de concessão, mantendo um diálogo contínuo com a sociedade e reforçando o compromisso com a segurança viária e o bem-estar de todos que trafegam pelas rodovias administradas. Ainda para 2026, está prevista a abertura das novas praças de pedágio no modelo *Free Flow*, reforçando o comprometimento da Companhia e sua controlada em cumprir integralmente o contrato de concessão. **José Carlos Cassaniga Destaques de 2025**: **Operacional e Regulatório**: O Grupo, por meio da EPR Iguazu, arrematou o processo licitatório no dia 19 de dezembro de 2024. O contrato junto à ANTT foi firmado no dia 11 de abril de 2025. No dia 16 de maio de 2025, a EPR Iguazu iniciou a prestação de serviços nas rodovias e até dezembro de 2025 a Companhia realizou mais de 86 mil atendimentos aos usuários. O Centro de Controle Operacional (“CCO”) da concessionária funciona 24 horas por dia, coordenando equipes de inspeção e socorro que patrulham as rodovias continuamente. As equipes estão distribuídas em bases operacionais estrategicamente posicionadas, garantindo um rápido tempo de resposta em emergências. A infraestrutura oferecida inclui ambulâncias, guinchos leves e pesados, caminhões de combate a incêndio e veículos para apreensão de animais, proporcionando uma ampla gama de

serviços para os usuários das rodovias.

Atendimentos	2025
Socorro Médico	3.676
Socorro Mecânico	15.873
Atendimento (pipa + boiadeiro)	1.630
Inspeções	65.389
TOTAL	86.568

Financeiro: Debêntures: Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, em rito de registro automático. O montante total da emissão foi de R\$ 350.000, sendo a 1ª série no montante de R\$ 270.000 e a 2ª série no montante de R\$ 80.000. A 1ª série foi integralizada em 07 de março de 2025, e a 2ª série foi integralizada em janeiro de 2026. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,84% ao ano. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerá em parcela única na data de vencimento das debêntures, 28 de fevereiro de 2028. Em 28 de fevereiro de 2025, a controlada EPR Iguazu realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, em rito de registro automático, no montante total de R\$ 580 milhões, sendo a 1ª série no montante de R\$ 400 milhões e a 2ª série no montante de R\$ 180 milhões. A 1ª série foi integralizada em 17 de abril de 2025, e a 2ª série foi integralizada em janeiro de 2026. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,84% ao ano. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerá em parcela única na data de vencimento das debêntures, 28 de fevereiro de 2028. Em 15 de dezembro de 2025, a controlada EPR Iguazu realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, a ser convertida em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória sob condição suspensiva, em 8 (oito) séries, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição, com vencimento final em 15 de dezembro de 2049. O montante total da emissão foi de R\$ 8,6 bilhões. As debêntures foram integralizadas subscritas, mas não integralizadas. As debêntures serão integralizadas mediante o atendimento das respectivas condições precedentes da escritura. Em 26 de dezembro de 2025, a EPR Iguazu assinou o contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R\$ 605 milhões, com vencimento final em 15 de dezembro de 2049. O financiamento será liberado em subcréditos para a EPR Iguazu. A emissão de debêntures e o contrato de financiamento tem o objetivo de financiar os investimentos previstos no contrato de concessão. **Registro de Emissor categoria B - CVM**: Em 07 de outubro de 2025, a EPR Iguazu obteve a concessão de registro de Emissor – categoria B pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Capital Social e Reserva de Capital**: Em 21 de fevereiro de 2025, foram subscritas 239.999.900 ações sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 240 milhões. Em 06 de março de 2025 houve a integralização parcial no montante de R\$ 70 milhões, via recebimento de recursos financeiros dos seus acionistas, os quais foram destinados para o capital social. E restante deve ser integralizado até 24 de abril de 2026. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de capital social da Companhia foi de R\$ 70 milhões. **Investimentos em Controladas**: Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia recebeu da controlada EPR Iguazu, via transferência de ações, o montante de R\$ 100. Em 21 de fevereiro de 2025, a Companhia subscreeu na controlada EPR Iguazu o montante total de R\$ 690 milhões, sendo integralizado o valor de R\$ 334 milhões. O restante deve ser integralizado até 24 de abril de 2026. Ao longo de 2025, a Companhia recebeu da sua controlada EPR Iguazu R\$ 49,7 milhões a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de investimentos da Companhia em suas controladas EPR Iguazu e EPR Engenharia foi no valor total de R\$ 433,2 milhões, sendo R\$ 421,1 milhões e R\$ 12,1 milhões respectivamente. **Econômico-Financeiros**: A receita bruta com serviços prestados da Companhia foi de R\$ 373,5 milhões em 2025. A receita líquida ajustada¹ em 2025 foi de R\$ 347,1 milhões. O tráfego na controlada EPR Iguazu em 2025 foi de 24,8 milhões de eixos equivalentes². O EBITDA em 2025 foi de R\$ 220,4 milhões (margem EBITDA 63,5%). Em 2025, a controlada EPR Iguazu registrou R\$ 448,8 milhões com custos de construção e desembolsou R\$ 397,4 milhões com destaque para obras de Trabalhos Iniciais, conforme o PER. **Programa de Integridade EPR**: A EPR Infra Lote 6, a EPR Engenharia e a EPR Iguazu estão sujeitas às disposições do Código de Conduta e da Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno de sua controladora, a EPR, que compõe, junto com suas controladas, o Grupo EPR (“Grupo EPR” e “Políticas”, respectivamente). A EPR ressalta ainda que, foram revisadas, criadas e lançadas a partir de abril de 2024 as seguintes políticas e Diretrizes de integridade, que estão vigentes: (i) Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno; (ii) Política de Cumprimento do Código de Conduta; (iii) Política de Transação com Partes Relacionadas; (iv) Política do Canal de Ética, Não Retaliação e Gestão de Consequências; (v) Política de Conflito de Interesses; (vi) Política de Brindes Presentes Entretimento e Hospitalidades; (vii) Política de Doações Contribuições e Patrocínio; (viii) Política de Relacionamento com o Poder Público; (ix) Política de Comportamentos e Atividades Político-eleitorais; (x) Política de Auditoria Interna; (xi) Política de Alçadas; (xii) Política de Proteção de Dados; (xiii) Diretriz Corporativa de Investigação de Denúncias; (xiv) Diretriz Corporativa de Doações, Patrocínio, Parceria Sociais, Acordos de Cooperação e Convênio; (xv) Diretriz Corporativa de Monitoramento do Programa de Integridade; (xvi) Diretriz Corporativa Avaliação de Riscos de Corrupção, Suborno e Controles Internos; e (xvii) Diretriz Corporativa de Avaliação de Riscos de Parcerias. As referidas Políticas e Diretrizes visam prevenir, detectar e remediar irregularidades, de modo a reduzir os riscos de violação à legislação anticorrupção e antissuborno aos quais está sujeita no âmbito de seus negócios, e foram elaboradas com base nas diretrizes previstas na legislação de anticorrupção brasileira, dentre elas a Lei nº 12.846, de 2013 e Decreto nº 11.129, de 2022 (que revogou o antigo Decreto nº 8.420, de 2015) bem como em melhores práticas de mercado nacionais e internacionais. Como parte do aprimoramento do Programa de Integridade, o Conselho de Administração melhorou mecanismos de controle e de estrutura de governança corporativa adotando as seguintes medidas: (i) criação da gerência de integridade e auditoria interna, em linha de reporte para a presidência do Grupo EPR; (ii) contratação de consultoria para auditorias internas; (iii) aprovação das políticas de integridade e do código de conduta ética. Foram estabelecidos processos para gestão de *onboarding* de fornecedores, o qual se tornou um fator decisivo em suas relações comerciais, bem como para doação e patrocínios realizados pela Companhia. A área revisou e incluiu cláusulas anticorrupção e de integridade, também com foco em responsabilidade socioambiental, em todos os contratos firmados com parceiros de negócio. O Programa de Integridade tem como objetivo facilitar a compreensão e conhecimento pelos administradores e colaboradores de suas diretrizes, orientar e analisar para que os objetivos estejam alinhados aos pontos estratégicos do Grupo EPR, por meio de suas atividades de monitoramento e controles e submeter à análise crítica periódica da alta direção o órgão diretivo. Ademais, disseminar as políticas e procedimentos, por meio de plano de conscientização com treinamentos e comunicados realizados periodicamente, recomendar a mitigação adequada às condutas contrárias das determinações do Programa de Integridade. O Grupo EPR possui um Canal de Ética, imparcial, administrado por empresa terceira, disponível 24hrs, sete dias por semana, podendo ser acessado por colaboradores e terceiros, com garantia do anonimato e sigilo. Para a sua condução a área de Integridade conduz, gerencia e trata os relatos recebidos, além de deliberar os temas em Comitê Executivo de Integridade e Ética da EPR. **Sustentabilidade: Atendimento ao Programa de Exploração de Rodovias**: No período de 2025, a EPR Iguazu consolidou avanços relevantes na implementação dos Parâmetros de Desempenho de Sustentabilidade previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), em conformidade com as diretrizes da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e com padrões internacionais de referência. No período, destacam-se a estruturação das políticas corporativas de gestão de pessoas, com foco em diversidade, equidade, integridade e condições justas de trabalho; a implantação de instrumentos de governança ética e canais de denúncia; e o desenvolvimento de diretrizes para gestão e monitoramento de

colaboradores e prestadores de serviço. Foram elaborados estudos e sistemas voltados à eficiência no uso de recursos naturais, prevenção da poluição e gestão de resíduos, bem como avaliações de riscos à saúde e segurança das comunidades lindeiras. A concessionária também apresentou plano de ação para reassentamento e recuperação de meios de subsistência, assegurando a proteção de direitos e a priorização de soluções negociadas. Adicionalmente, foram realizados estudos de identificação de comunidades tradicionais na área de influência da concessão e mapeamento de vulnerabilidades da infraestrutura frente a eventos climáticos extremos, com vistas ao fortalecimento da resiliência do sistema rodoviário. Essas iniciativas reforçam o compromisso da EPR Iguazu com a sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental e a conformidade regulatória, estabelecendo bases sólidas para uma operação responsável e alinhada às melhores práticas do setor. **Inventário de Gases De Efeito Estufa – IGE**: Com foco no fortalecimento da governança ambiental, em 2025 a EPR Iguazu contratou uma consultoria para apoiar a contabilização, o monitoramento e a estruturação do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE). A iniciativa estabelece metodologia, rotinas de coleta e consolidação de dados e bases para o acompanhamento de desempenho e priorização de ações de mitigação ao longo da construção. **Sistema de Gestão Integrado – SGI**: Em 2025, a EPR Iguazu estruturou na área de Sustentabilidade uma equipe com analistas e especialista para implantar o Sistema de Gestão Integrada (SGI), com apoio de uma consultoria, fundamentada nas normas ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Gestão Ambiental), ISO 39001 (Segurança Viária), ISO 45001 (Saúde e Segurança Ocupacional) e ISO 55001 (Gestão de Ativos). O SGI é um instrumento estruturante para consolidar processos, controles e indicadores, assegurando a melhoria contínua e o atendimento a requisitos legais, contratuais e normativos, além de integrar a gestão de riscos ambientais, de SST e de segurança viária. **Programa de Educação Socioambiental**: Na EPR Iguazu, ano de 2025 foi marcado por programas e campanhas com foco em segurança viária, proteção à vida, bem-estar e cidadania, desenvolvimento e/ou apoiados por áreas como Operação, Comunicação, Responsabilidade Social/ESG, Saúde e Times de Apoio em campo. Entre maio e dezembro, a EPR Iguazu realizou programas sociais e educacionais, com apoios das Polícias Rodoviárias e Agentes de Trânsito com temáticas que priorizam educação para o trânsito, prevenção de riscos e fortalecimento do vínculo com comunidades lindeiras e usuários, por meio digitais e presenciais. Como destaque temos a adesão ao Programa Na Mão Certa - Childhood Brasil, voltado ao enfrentamento da exploração de crianças e adolescentes nas rodovias. Foram promovidas campanhas digitais sobre temas críticos de segurança viária, como ultrapassagens proibidas e a Lei Seca, além de iniciativas de conscientização e proteção, como a campanha “Assédio, PARE!” e ações do Setembro Amarelo, focadas em saúde mental. A concessionária também desenvolveu ações presenciais de orientação e prevenção, incluindo atividades com motoristas profissionais, participação em semanas municipais de trânsito, campanhas de prevenção ao suicídio e programas de segurança, além de engajamento comunitário por meio da participação na Feira de Profissões de Cascavel. **Programa Conviver**: O Programa Conviver, iniciativa do Grupo EPR buscou estimular comportamentos seguros e corresponsáveis entre motoristas, pedestres, ciclistas, motociclistas e comunidades vizinhas às rodovias. O programa promoveu a educação para o uso seguro da infraestrutura, incentivo a manutenção preventiva dos veículos e reforço da valorização e preservação da vida, contribuindo diretamente para a segurança de todos que utilizam as rodovias. **Projetos de Lei de Incentivo**: Ainda em 2025, a EPR Iguazu estruturou um portfólio de investimento social por meio de mecanismos regulados (Lei de Incentivo e Fundo Público) a serem implementados entre 2026 e 2027, combinando ações de base comunitária e iniciativas de maior escala. Pelo Fundo Municipal do Idoso, o projeto “Chimarrão em Família – Fortalecendo Laços e Tradições” será executado em Renascença, com estimativa de 220 famílias beneficiadas, por meio de fortalecimento de vínculos e convivência comunitária. Já pela Lei de Incentivo ao Esporte, o “Judô para Todos Brasil” prevê execução em Foz de Iguazu, Francisco Beltrão e Pato Branco, com 700 participantes diretos e cerca de 2.100 beneficiários indiretos (familiares), por meio de núcleos esportivos e ações socioeducativas ao longo de 12 meses. No eixo cultural-educacional pela Lei Rouanet, a EPR Iguazu apoia duas iniciativas com forte potencial de sensibilização e legado. O projeto “De Olho nos ODS” será realizado em Cascavel e Santa Tereza do Oeste, por meio de exposição interativa e atividades educativas ligadas à Agenda 2030, e público estimado conforme capacidade das escolas, cerca de aproximadamente 300 alunos por escola. Já o “Pe na Estrada” levará um espetáculo infantil-juvenil gratuito com foco em segurança viária e biodiversidade para os municípios Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Santa Lúcia, Capitão Leônidas Marques, Realeza, Ampére, Marmeleiro, Renascença e Vitorino, situados no Sudoeste do Paraná, com estimativa de 12.500 pessoas impactadas. **Recursos Humanos**: Em 2025, a EPR Iguazu registrou 513 empregos diretos na região da concessão. O Grupo EPR criou um canal de vagas que divulga as oportunidades abertas e possibilita os interessados a cadastrar seu currículo e enviar a candidatura. O canal apresenta os valores do grupo que são baseados em ética, respeito, transparência e colaboração. A EPR valoriza a inclusão e acredita no potencial de cada pessoa, por isso, está comprometida em construir um ambiente de trabalho cada vez mais diverso. **Desenvolvimento econômico dos municípios**: A EPR Iguazu, no ano de 2025, repassou R\$ 17,4 milhões em Imposto Sobre Serviços (“ISS”) aos 31 municípios que compõem a malha sob sua administração. Cada município poderá destinar a arrecadação para investir em diversas áreas, tais como: saúde, educação e infraestrutura. **Eventos subsequentes: Aumento de capital social e alteração de participação societária**: Em 13 de janeiro de 2026, a Companhia, vendeu 100 ações ordinárias da controlada EPR Engenharia S.A. ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada, para a acionista EPR Participações S.A. O valor contábil das ações era de R\$ 16,1 milhões e houve uma perda na aquisição no montante de R\$ 16,1 milhões, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia como um ágio e como um deságio na EPR Participações S.A. Em 21 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu de seus acionistas aporte de recursos financeiros, através de integralização de capital social subscrito, no montante de R\$ 170 milhões, concluindo a subscrição realizada pelos acionistas no dia 21 de fevereiro de 2025. Em 22 de janeiro de 2026, a Companhia realizou aporte de recursos via integralização de capital em sua controlada EPR Iguazu no montante de R\$ 336,5 milhões. **Dividendos**: Em 13 de janeiro de 2026, a controlada EPR Iguazu destinou dividendos para sua controladora (EPR Infra Lote 6), no montante de R\$ 62 milhões, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025. O pagamento ocorreu no dia 14 de janeiro de 2026. **Liberções de recursos de dívidas contratadas anteriormente**: Em 21 e 22 de janeiro de 2026, a controlada EPR Iguazu e a Companhia receberam, respectivamente, R\$ 80 milhões e R\$ 180 milhões referentes à integralização das 2ªs séries das suas 1ªs emissões de debêntures. **Desempenho**: **Tráfego**: O tráfego mensal em eixos equivalentes na EPR Iguazu teve a seguinte distribuição entre leves e pesados desde 28 de junho de 2025 (início da arrecadação) até 31 de dezembro de 2025:



O tráfego acumulado no exercício social findo em 2025 foi de 24,8 milhões de eixos equivalentes³, sendo 8,5 milhões de veículos leves e 16,3 milhões de veículos pesados.

Tráfego em milhares de eixos equivalentes	2025
Leves	8.499
Pesados	16.316
Total	24.816

Tarifa Média: A tarifa média líquida na EPR Iguazu no período findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 15,05. **Receita**: A Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2024 e a cobrança de pedágio não havia iniciado até 31 de dezembro de 2024. O início da arrecadação de pedágio na controlada EPR Iguazu foi em 28 de junho de 2025. Apresentamos a receita apurada abaixo:

Receita (R\$ mil)	Consolidado
Receita Bruta	827.109
Receita de serviços prestados	373.531
3. Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo.	

Consolidado

Receita (R\$ mil)	2025
Receita de serviços de construção	448.828
Receita de gerenciamento	4.750
Imposto sobre receitas operacionais	(31.187)
Receita Líquida	795.922
Receita de serviços de construção	(448.828)
Receita Líquida Ajustada	347.094

A receita com serviços prestados foi de R\$ 373,5 milhões em 2025. A receita líquida totalizou R\$ 795,9 milhões em 2025 e a receita líquida ajustada (excluindo a receita com serviços de construção) totalizou R\$ 347,1 milhões. Em 2025, 68,7% da arrecadação na EPR Iguazu foi pela modalidade automática (AVI). **Custos Operacionais e Despesas Administrativas:**

Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Custo de serviços de construção	-	(437.135)
Serviços de terceiros	(872)	(71.943)
Com pessoal	-	(31.197)
Custo da concessão	-	(14.654)
Depreciação e amortização	-	(6.242)
Seguros e garantias	-	(5.042)
Combustíveis e lubrificantes	-	(3.487)
Aluguéis	(5)	(3.429)
Contribuições e doações	-	(1.286)
Perda de arrecadação	-	(43)
Outros	(10)	(7.271)
Custos e Despesas Operacionais	(887)	(581.729)

No exercício de 2025 os custos de serviços de construção no consolidado foram de R\$ 437,1 milhões de um total de R\$ 581,7 milhões, representando 75,1% do total de custos e despesas operacionais. Os custos e despesas consolidado em 2025, decorrem de custos relacionados à infraestrutura e à operação da Companhia e da sua controlada. **EBITDA**: O EBITDA Consolidado totalizou R\$ 220,4 milhões em 2025, com margem EBITDA de 63,5%.

EBITDA (R\$ mil)	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Receita Líquida Ajustada	-	347.094
Receita de construção	-	448.828
Custos operacionais	-	(67.806)
Despesas operacionais	(887)	(76.788)
Outras receitas e despesas	-	9
Equivalência patrimonial	169.182	-
	168.295	(144.585)
Custos de construção	-	(437.135)
EBIT	168.295	214.202
Depreciação e amortização	-	6.242
EBITDA	168.295	220.444
Margem EBITDA	0,0%	63,5%

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA:

EBITDA (R\$ mil)	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Prejuízo do exercício	128.217	125.737
(+) IR e CS - correntes e diferidos	781	65.737
(+) Resultado financeiro	39.297	22.728
(-) Depreciação e amortização	-	6.242
EBITDA	168.295	220.444

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Receitas Financeiras	840	59.271
Aplicações financeiras	491	59.256
Outras receitas	349	15
Despesas Financeiras	(40.137)	(81.999)
Juros sobre debêntures	(36.694)	(68.655)
Impostos sobre receitas financeiras	(2.114)	(4.848)
Amortização dos custos de captação de debêntures	(1.252)	(3.527)
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	-	(3.094)
Outras despesas	(77)	(1.875)
Resultado Financeiro	(39.297)	(22.728)

O resultado financeiro líquido na Controladora foi de -R\$ 39,3 milhões em 31 de dezembro de 2025 e -R\$ 22,7 milhões no Consolidado. O resultado na Controladora e no Consolidado representa os juros das debêntures captadas. O saldo de aplicações financeiras vem sendo consumido no pagamento das obras de atendimento ao PER, conforme planejado. **Endividamento**: **Endividamento (R\$ mil)**

Quantidade	Contratuais	Vencimento	Consolidado	
	2025	2025	2025	
Infra Lote 6 – 1ª emissão	270.000	CDI + 1,84%	fev-28	306.693
Iguazu – 1ª emissão	400.000	CDI + 1,84%	fev-28	446.696
Total Debêntures				753.389
Arrendamento mercantil				31.251
Caixa e equivalentes de caixa				(450.534)
Dívida Líquida				334.106

Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em rito de registro automático, no montante total de R\$ 350 milhões. Sendo integralizada a 1ª série no montante de R\$ 270 milhões. Em 28 de fevereiro de 2025, a EPR Iguazu realizou a 1ª emissão de debêntures. O montante total da emissão foi de R\$ 580 milhões, sendo a 1ª série no montante de R\$ 4

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.									
Demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e (ii) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.									
Demonstração do resultado (em R\$ mil)									
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		2025		2025		2025		2025	
Receita operacional líquida			795.922		795.922				795.922
Custos dos serviços prestados			(504.941)		(504.941)				(504.941)
Lucro bruto			290.981		290.981				290.981
Receitas (despesas) operacionais				(76.788)					(76.788)
Despesas gerais e administrativas									
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas									
Equivalência patrimonial		169.182							
Lucro operacional antes do resultado financeiro			168.295		214.202				214.202
Resultado financeiro									
Receitas financeiras			840		59.271				59.271
Despesas financeiras			(40.137)		(81.999)				(81.999)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social			128.998		191.474				191.474
Imposto de renda e contribuição social									
Correntes				(59.362)					(59.362)
Diferidos			(781)		(6.375)				(6.375)
Lucro líquido do período			128.217		125.737				125.737
Participação de controladores			128.217		128.217				128.217
Participação de não controladores					(2.480)				(2.480)
Balanco Patrimonial									
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa		581	450.534		450.534				450.534
Contas a receber			42.707		42.707				42.707
Partes relacionadas		550	4.750		4.750				4.750
Impostos a recuperar		79	7.670		7.670				7.670
Adiantamentos a fornecedores		1.657	4.643		4.643				4.643
Dividendos e juros sobre capital próprio		4.034							4.034
Outros ativos		7	4.552		4.552				4.552
Total do ativo circulante			6.908		514.856				514.856
Não circulante									
Aplicações financeiras vinculadas		49.924	49.924		49.924				49.924
Partes relacionadas		3.209	1.072		1.072				1.072
Recursos vinculados			7.712		7.712				7.712
Impostos a recuperar		3.352	4.172		4.172				4.172
Outros ativos			84		84				84
Realizável a longo prazo			56.485		62.964				62.964
Investimento		433.159							433.159
Total dos ativos			526.987		1.100.698				1.100.698
Passivo									
Circulante									
Fornecedores		296	85.900		85.900				85.900
Arrendamento mercantil a pagar			6.050		6.050				6.050
Obrigações sociais			6.478		6.478				6.478
Obrigações fiscais		2.096	14.539		14.539				14.539
Partes relacionadas		35.103	17.071		17.071				17.071
Cretores pela concessão			3.411		3.411				3.411
Dividendos a pagar		30.452	30.493		30.493				30.493
Outros passivos			3		3				3
Total do passivo circulante			67.947		163.945				163.945
Não circulante									
Debêntures		303.402	742.484		742.484				742.484
Arrendamento mercantil a pagar			25.201		25.201				25.201
Cretores pela concessão			7.712		7.712				7.712
Imposto de renda e contribuição social diferidos			781		6.375				6.375
Total do passivo não circulante			304.183		781.772				781.772
Total dos passivos			372.130		945.717				945.717
Patrimônio líquido									
Capital social			70.000		70.000				70.000
Reserva de capital			6.411		6.411				6.411
Reserva de lucros			78.446		78.446				78.446
Total do patrimônio líquido controladores			154.857		154.857				154.857
Participação de não controladores					124				124
Total do patrimônio líquido			154.857		154.981				154.981
Total dos passivos e patrimônio líquido			526.987		1.100.698				1.100.698
Demonstração de fluxo de caixa (em R\$ mil):									
Fluxo de caixa das atividades operacionais									
Lucro antes dos tributos			128.998		191.474				191.474
Ajustes de:									
Equivalência patrimonial				(169.182)					(169.182)
Juros e variação monetária de debêntures				36.694					36.694
Amortização dos custos de captação de debêntures				1.252					1.252
Fluxo de caixa das atividades operacionais			128.998		191.474				191.474
Fluxo de caixa das atividades de investimento									
Aumento de capital em controlada				(334.000)					(334.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos				49.728					49.728
Aquisições de itens de infraestrutura em construção				(360.208)					(360.208)
Aquisições de itens de imobilizado				(33.845)					(33.845)
Aquisições de itens de intangível					(19)				(19)
Recursos vinculados					(7.613)				(7.613)
Aplicações financeiras				(49.726)					(49.726)
Fluxo líquido utilizado nas atividades de investimento			(367.843)		(454.720)				(454.720)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento									
Aumento de capital social e reserva de capital				70.000					70.000
Emissão de debêntures				270.000					270.000
Custos de captação de debêntures				(4.544)					(4.544)
Pagamento de arrendamento mercantil – principal					(3.673)				(3.673)
Fluxo líquido gerado pelas atividades de financiamento			335.456		721.894				721.894
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa			581		450.534				450.534
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			581		450.534				450.534
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			581		450.534				450.534

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS										DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS											
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
		2025		2025		2025		2025				2025		2025				2025		2025	
Ativos	Nota																				
Circulante																					
Caixa e equivalentes de caixa	5	581	450.534		450.534		18	296	85.900		24			24				24			
Contas a receber	7		42.707		42.707		13		6.050		25			25				25			
Partes relacionadas	17	550	4.750		4.750		20		6.478												
Impostos a recuperar	9	79	7.670		7.670		21	2.096	14.539												
Adiantamentos a fornecedores	8	1.657	4.643		4.643		17	35.103	17.071												
Dividendos a receber	17						22		3.411												
Outros ativos		7	4.552		4.552		17	30.452	30.493												
Total dos ativos circulantes			6.908		514.856			67.947	163.945												
Não circulante																					
Aplicações financeiras vinculadas	6	49.924	49.924		49.924		19	303.402	742.484												
Partes relacionadas	17	3.209	1.072		1.072		13		25.201												
Recursos vinculados	10		7.712		7.712		22		7.712												
Impostos a recuperar	9	3.352	4.172		4.172		11	781	6.375												
Outros ativos			84		84				304.183												
Total do realizável a longo prazo			56.485		62.964			304.183	781.772												
Investimentos	12	433.159					23		945.717												
Direito de uso em arrendamento	13							70.000	70.000												
Imobilizado	14	30.435	37.044		37.044			6.411	6.411												
Infraestrutura em construção	15		399.022		399.022			78.446	78.446												
Intangível	16		57.573		57.573			154.857	154.857												
Total dos ativos não circulantes			520.079		585.842			154.857	154.981												
Total dos ativos			526.987		1.100.698			526.987	1.100.698												

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social		Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Participação de acionistas não controladores	Total
		subscrito	integralizar					
Saldo em 1º de janeiro de 2025								
Aumento de capital social	23	240.000	(170.000)	70.000		70.000		

continuação

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

a única transação feita foi a integralização de capital social no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por esse motivo não estão sendo apresentadas as informações comparativas do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado. A Companhia adquiriu a participação societária da controlada Iguaçu em 11 de fevereiro de 2025, conforme divulgado na nota explicativa nº 12, desta forma, não há saldo consolidado a ser apresentado em informações comparativas do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado. **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. **3.3 Uso de estimativas e julgamento:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: **(i) Capitalização do ativo intangível:** A capitalização do ativo intangível é o processo contábil no qual o Grupo registra como ativo no seu balanço patrimonial os custos relacionados à criação ou aquisição de bens intangíveis, como o direito de cobrança dos usuários das rodovias. Dessa forma, os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do ativo em questão são registrados inicialmente como valor do ativo, e amortizados ao longo de sua vida útil. Esse procedimento contábil permite que o Grupo distribua os custos ao longo do tempo, refletindo melhor os benefícios econômicos gerados pelo intangível. O Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da diretoria, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. Os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos intangíveis também são incorporados ao ativo do Grupo até que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos obtidos com a aplicação temporária dos recursos provenientes de empréstimos específicos e que ainda não foram gastos com os ativos intangíveis devem ser deduzidos dos custos de empréstimos qualificados para capitalização. Há ainda, a capitalização dos custos com salários, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento desses intangíveis. **(ii) Reconhecimento de amortização do ativo intangível:** O Grupo realiza o reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, que se baseia na "curva de tráfego", que reflete a utilização estimada do ativo durante sua vida útil. A curva de tráfego descreve a intensidade com que o ativo será utilizado ao longo do tempo, sendo este o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **(iii) Receita de construção:** A ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece que a medida em que o Grupo realiza a prestação de serviços de construção e/ou de melhoria em infraestrutura da rodovia, a mesma deve reconhecer uma receita de construção a valor justo de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente, e os custos correspondentes são registrados como despesas relativas ao serviço realizado. **(iv) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **(v) IRPJ diferido:** O Grupo deve reconhecer um ativo ou um passivo diferido pelo tributo recuperável ou devido em períodos futuros como efeito de transações ou eventos passados. Tais impostos surgem das diferenças entre os valores reconhecidos para ativos e passivos do Grupo no balanço patrimonial e o reconhecimento desses ativos e passivos pelas autoridades fiscais, e a compensação para datas futuras de créditos fiscais e prejuízos fiscais correntes não utilizados. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ativo ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Nesse sentido, o julgamento significativo da diretoria é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos, vide divulgações na nota explicativa nº 11. **3.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 28. **4. Políticas contábeis materiais:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **4.1 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre a Companhia e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ativo) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os invest-

mentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. **4.2 Investimento:** As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Companhia e suas controladas diretas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os saldos e as transações entre empresas, que podem incluir lucros não realizados, são eliminados. O investimento em entidade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. As controladas possuem o mesmo exercício social da Companhia. **4.3 Receitas de contratos com clientes:** O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias, há razoável certeza de seu recebimento, e são líquidas da parcela do preço cobrado do usuário, pertinente ao recurso vinculado. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Conforme definido na ICP 01 (R1), quando a concessionária presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **4.4 Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **(i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Ativos financeiros são reconhecidos quando classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. No caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos o caixa e as aplicações financeiras com conversibilidade imediata e montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros propósitos. As aplicações financeiras referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens mencionados no parágrafo acima. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **(ii) Mensuração subsequente:** Ativos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Passivos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **4.5 Infraestrutura em construção e ativos intangíveis:** A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de "Ativo intangível". Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A infraestrutura referente ao contrato de concessão é registrada dentro do intangível do Grupo, visto que, o contrato de concessão do Grupo prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICP 01 (R1), o Grupo atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços

de operação) durante determinado prazo. O Grupo reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. E, também pode ser oriundo de pagamentos ao poder concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispendios adicionais na construção de obra que não geram benefício econômico futuro são registrados como despesa quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica. Já, o direito de exploração é amortizado de acordo com o consumo da curva de benefício econômico esperada ao longo do prazo de concessão, através da projeção de curva de tráfego estimada. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização desses ativos é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido no momento da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **4.6 Ativos imobilizados:** Móveis e utensílios, computadores e periféricos, instalações, edifícios e dependências e outras imobilizações são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado: • Móveis e utensílios: de 5 a 15 anos; • Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos; • Instalações, edifícios e dependências: de 5 a 15 anos; • Outros imobilizados: de 5 a 15 anos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. **4.7 Capitalização de custos:** Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis a infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. **4.8 Capitalização dos custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo relativos ao empréstimo. O Grupo capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis. **4.9 Fornecedores:** Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauxões contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominantemente ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos do Grupo. **4.10 Redução ao valor recuperável (impairment):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Instrumentos financeiros e ativos contratuais: O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito o Grupo realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** As perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. **Contas a receber e ativos contratuais:** O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 28. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao

valor recuperável são reconhecidas no resultado. **4.11 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura:** A infraestrutura recebida e/ou construída pela concessionária não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere a concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se a concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor. **4.12 Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **4.13 Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **4.14 Capital social:** (i) **Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido. (ii) **Ações preferenciais:** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo. **4.15 Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **4.16 Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e não incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **4.17 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, atualização monetária e descontos financeiros obtidos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de ativos e passivos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **4.18 IRPJ e CSLL:** (i) **Lucro real:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. (ii) **Imposto corrente - Lucro real:** O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras do Grupo e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. (iii) **Lucro presumido:** O IRPJ da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a CSLL sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base no lucro presumido, apurado trimestralmente, mediante a aplicação do percentual de presunção de 32% sobre a receita bruta de prestação de serviços, conforme previsto na legislação fiscal vigente. Sobre a base de cálculo assim determinada, aplicam-se as alíquotas de 15% para o IRPJ, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro presumido que exceder R\$ 60 mil por trimestre, e de 9% para a CSLL sobre o Lucro Líquido (CSLL). (iv) **Imposto corrente - Lucro presumido:** O imposto corrente corresponde ao montante de IRPJ e CSLL a pagar, apurado trimestralmente, com base no lucro presumido do período, às alíquotas vigentes na data de encerramento das demonstrações financeiras, considerando eventuais ajustes relativos a exercícios anteriores. (v) **Imposto diferido:** O IRPJ e a CSLL do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da CSLL e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com IRPJ e CSLL descritas acima, compreendem o IRPJ e CSLL correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (vi) **Exposições fiscais:** Na determinação do IRPJ o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de IRPJ e juros tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para IRPJ no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria o Grupo mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com IRPJ no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de IRPJ e CSLL diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. **4.19 Tributos sobre prestações de serviços:** Para o PIS e COFINS, o Grupo é enquadrado no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. Com relação ao ISS, as alíquotas aplicáveis variam entre 2% e 5% a depender do município da prestação de serviço. **4.20 Resultado por ação:** O Resultado por ação básico é continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.		Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
		2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
<p>calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição. 4.21 Demonstração do valor adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 4.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 4.23 Arrendamentos: O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. (i) Arrendamento mercantil a pagar Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. (ii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. 4.24 Questões climáticas: O Grupo considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que o Grupo acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, o Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. 4.25 Eventos após o período do relatório: Se o Grupo receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, o Grupo não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável. 4.26 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. 4.27 Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (<i>primary financial statements</i> - PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes: • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores representados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)). • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, o final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 9. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Amendments to the Classification and</p>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
<p>Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte de sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não represente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Grupo não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.</p>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
<p>5. Caixa e equivalentes de caixa:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Numerários em trânsito</td> <td>-</td> <td>1.249</td> </tr> <tr> <td>Caixa e contas bancárias</td> <td>34</td> <td>3.201</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>547</td> <td>446.084</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>581</td> <td>450.534</td> </tr> </tbody> </table> <p>As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 92,34% na controladora e 96,46% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025. 6. Aplicações financeiras vinculadas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Conta reserva vinculada (a)</td> <td>49.924</td> <td>49.924</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>49.924</td> <td>49.924</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) As aplicações financeiras nesta conta reserva, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 99,19% em 31 de dezembro de 2025, com a finalidade de atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a garantias da 1ª emissão de debêntures da Companhia. A movimentação das aplicações financeiras vinculadas é demonstrada no quadro abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo no início do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>(+) Aplicações</td> <td>49.726</td> <td>49.726</td> </tr> <tr> <td>(+) Rendimentos</td> <td>198</td> <td>198</td> </tr> <tr> <td>Saldo no final do exercício</td> <td>49.924</td> <td>49.924</td> </tr> </tbody> </table> <p>7. Contas a receber:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Pedágio eletrônico (TAG) (a)</td> <td>39.197</td> <td>39.197</td> </tr> <tr> <td>Cartão débito/crédito (b)</td> <td>3.432</td> <td>3.432</td> </tr> <tr> <td>Cupom (c)</td> <td>78</td> <td>78</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>42.707</td> <td>42.707</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) Pedágios eletrônicos, liquidados conforme prazos das operadoras. (b) Cartões de débito e crédito, liquidados conforme os prazos das administradoras de cartão. (c) Transações de débito e crédito offline, processadas por papa-fila nos terminais POS (pontos de venda). O aging do contas a receber está demonstrado no quadro abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>A vencer</td> <td>42.707</td> <td>42.707</td> </tr> <tr> <td>Vencidos</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Até 1 mês</td> <td>5</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>42.707</td> <td>42.707</td> </tr> </tbody> </table> <p>O Grupo faz uma avaliação mensal de seus títulos vencidos e reconhece perda de crédito esperado à medida que se torne improvável o seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu R\$ 43 (Nota 25) como perdas de créditos efetivas, referentes a títulos vencidos há mais de 3 meses. Os demais títulos vencidos possuem perspectiva de recuperação no curto prazo, dessa forma, não houve a constituição de provisão para perda de crédito esperada sobre esse contas a receber. 8. Adiantamentos a fornecedores: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R\$ 1.657 na controladora, referente principalmente a adiantamento para compra de máquinas e equipamentos, e R\$ 4.643 no consolidado, referente a pagamentos antecipados a prestadores de serviços operacionais. 9. Impostos a recuperar:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>IRPJ retido na fonte de juros sobre capital próprio</td> <td>3.352</td> <td>3.352</td> </tr> <tr> <td>IRPJ retido na fonte sobre aplicações financeiras - IRRF</td> <td>79</td> <td>7.614</td> </tr> <tr> <td>Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS</td> <td>-</td> <td>674</td> </tr> <tr> <td>Programa de integração social - PIS</td> <td>-</td> <td>146</td> </tr> <tr> <td>Outros tributos</td> <td>-</td> <td>56</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>3.431</td> <td>11.842</td> </tr> </tbody> </table> <p>10. Recursos vinculados: A retenção do recurso vinculado aplicado em conta reserva é correspondente a 2% do preço do pedágio cobrado pela controlada Iguacu. Conforme previsto no contrato de concessão, a utilização será destinada exclusivamente às seguintes finalidades: i. Compensações decorrentes do desconto de usuário frequente; ii. Reposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e iii. Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão. É vedado ao Grupo a utilização dos valores para lastrear a prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido à conta única do tesouro.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo no início do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>(+) Depósitos de recursos vinculados</td> <td>7.613</td> <td>7.613</td> </tr> <tr> <td>(+) Rendimento de recursos vinculados (Nota 22)</td> <td>99</td> <td>99</td> </tr> <tr> <td>Saldo no final do exercício</td> <td>7.712</td> <td>7.712</td> </tr> </tbody> </table> <p>11. IRPJ e CSLL: a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do IRPJ e a CSLL: A conciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do IRPJ e da CSLL na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é como segue:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</td> <td>128.998</td> <td>191.474</td> </tr> <tr> <td>Alíquota vigente</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> </tbody> </table>					Controladora	Consolidado		2025	2025	Numerários em trânsito	-	1.249	Caixa e contas bancárias	34	3.201	Aplicações financeiras	547	446.084	Total	581	450.534		Controladora	Consolidado		2025	2025	Conta reserva vinculada (a)	49.924	49.924	Total	49.924	49.924		Controladora	Consolidado		2025	2025	Saldo no início do exercício	-	-	(+) Aplicações	49.726	49.726	(+) Rendimentos	198	198	Saldo no final do exercício	49.924	49.924		Controladora	Consolidado		2025	2025	Pedágio eletrônico (TAG) (a)	39.197	39.197	Cartão débito/crédito (b)	3.432	3.432	Cupom (c)	78	78	Total	42.707	42.707		Controladora	Consolidado		2025	2025	A vencer	42.707	42.707	Vencidos	-	-	Até 1 mês	5	5	Total	42.707	42.707		Controladora	Consolidado		2025	2025	IRPJ retido na fonte de juros sobre capital próprio	3.352	3.352	IRPJ retido na fonte sobre aplicações financeiras - IRRF	79	7.614	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	674	Programa de integração social - PIS	-	146	Outros tributos	-	56	Total	3.431	11.842		Controladora	Consolidado		2025	2025	Saldo no início do exercício	-	-	(+) Depósitos de recursos vinculados	7.613	7.613	(+) Rendimento de recursos vinculados (Nota 22)	99	99	Saldo no final do exercício	7.712	7.712		Controladora	Consolidado		2025	2025	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	128.998	191.474	Alíquota vigente	34%	34%																																																																																																																																																																													
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Numerários em trânsito	-	1.249																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Caixa e contas bancárias	34	3.201																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Aplicações financeiras	547	446.084																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Total	581	450.534																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Conta reserva vinculada (a)	49.924	49.924																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Total	49.924	49.924																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Saldo no início do exercício	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
(+) Aplicações	49.726	49.726																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
(+) Rendimentos	198	198																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Saldo no final do exercício	49.924	49.924																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Pedágio eletrônico (TAG) (a)	39.197	39.197																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Cartão débito/crédito (b)	3.432	3.432																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Cupom (c)	78	78																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Total	42.707	42.707																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
A vencer	42.707	42.707																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Vencidos	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Até 1 mês	5	5																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Total	42.707	42.707																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
IRPJ retido na fonte de juros sobre capital próprio	3.352	3.352																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
IRPJ retido na fonte sobre aplicações financeiras - IRRF	79	7.614																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	674																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Programa de integração social - PIS	-	146																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Outros tributos	-	56																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Total	3.431	11.842																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Saldo no início do exercício	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
(+) Depósitos de recursos vinculados	7.613	7.613																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
(+) Rendimento de recursos vinculados (Nota 22)	99	99																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Saldo no final do exercício	7.712	7.712																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	128.998	191.474																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Alíquota vigente	34%	34%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
<p>IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ajustes para alíquota efetiva</td> <td>(43.859)</td> <td>(65.101)</td> </tr> <tr> <td>Equivalência patrimonial</td> <td>57.522</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre capital próprio</td> <td>(7.597)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Incentivos fiscais</td> <td>-</td> <td>1.329</td> </tr> <tr> <td>Adições/exclusões permanentes</td> <td>-</td> <td>(660)</td> </tr> <tr> <td>Tributo de controladas apurado pelo lucro presumido</td> <td>-</td> <td>5.542</td> </tr> <tr> <td>IRPJ e CSLL diferidos não constituídos</td> <td>(6.847)</td> <td>(6.847)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(781)</td> <td>(65.737)</td> </tr> </tbody> </table> <p>IRPJ e CSLL:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Correntes</td> <td>-</td> <td>(59.362)</td> </tr> <tr> <td>Diferidos</td> <td>(781)</td> <td>(6.375)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(781)</td> <td>(65.737)</td> </tr> </tbody> </table> <p>Alíquota efetiva de impostos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Alíquota efetiva de impostos</td> <td>1%</td> <td>34%</td> </tr> </tbody> </table> <p>A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL correntes reconhecida no resultado do exercício e os respectivos valores efetivamente pagos no exercício, conforme evidenciado na demonstração dos fluxos de caixa.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Varição do IRPJ CSLL a pagar</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo no início do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>(+) IRPJ e CSLL correntes</td> <td>59.362</td> <td>(51.517)</td> </tr> <tr> <td>(-) Pagamentos efetuados</td> <td>(4.582)</td> <td>(4.582)</td> </tr> <tr> <td>(-) Compensações</td> <td>3.263</td> <td>3.263</td> </tr> <tr> <td>Saldo no final do exercício</td> <td>3.263</td> <td>3.263</td> </tr> </tbody> </table> <p>b) IRPJ e CSLL diferidos: O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O IRPJ e a CSLL diferidos têm a seguinte composição:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>Resultado</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo fiscal diferido</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Prejuízo fiscal e base negativa (a)</td> <td>335</td> <td>335</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Provisão para fornecedores</td> <td>3</td> <td>3</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>338</td> <td>338</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Passivo fiscal diferido</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custos de captação da dívida</td> <td>(1.119)</td> <td>(1.119)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(781)</td> <td>(781)</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>Passivo fiscal diferido líquido</p> <p>(a) O saldo de prejuízo fiscal e base negativa está sendo constituído limitando-se a 30% do saldo registrado no passivo diferido da controladora, considerando que a Companhia possui projeções de lucro tributável apenas para esses montantes.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>Resultado</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo fiscal diferido</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Provisão para participação nos lucros</td> <td>879</td> <td>879</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Arrendamento mercantil</td> <td>822</td> <td>822</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Credores pela concessão</td> <td>594</td> <td>594</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo fiscal e base negativa</td> <td>335</td> <td>335</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Provisão para fornecedores</td> <td>89</td> <td>89</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outros ativos diferidos</td> <td>15</td> <td>15</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Passíveis de compensação</td> <td>(2.734)</td> <td>(2.734)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Ativo fiscal diferido líquido</td> <td>1.600</td> <td>1.600</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Passivo fiscal diferido</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custos de debêntures capitalizados</td> <td>(5.010)</td> <td>(5.010)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Custos de captação da dívida</td> <td>(4.099)</td> <td>(4.099)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Passíveis de compensação</td> <td>2.734</td> <td>2.734</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>6.375</td> <td>6.375</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>Passivo fiscal diferido líquido</p> <p>A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025 os montantes de R\$ 5.035 e R\$ 1.812 referentes a ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, respectivamente, em função da Companhia ser uma holding e, portanto, não possuir projeções de lucro tributável para esses montantes. 12. Investimentos: O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Participação</th> <th>Controladora</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Investida</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>EPR Iguacu S.A.</td> <td>Controlada</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>EPR Engenharia S.A.</td> <td>Controlada</td> <td>99%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>433.159</td> </tr> </tbody> </table> <p>a) Movimentação dos investimentos: A movimentação dos investimentos em controladas é demonstrada abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Equivalência patrimonial</th> <th>Dividendos e juros sobre capital próprio (i)</th> <th>Aportes de capital (ii)</th> <th>Aquisição de participação (iii)</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Controlada</td> <td>2024</td> <td>2024</td> <td>2024</td> <td>2024</td> <td>2025</td> </tr> <tr> <td>EPR Iguacu S.A.</td> <td>-</td> <td>153.044</td> <td>(53.080)</td> <td>334.000</td> <td>(12.909)</td> </tr> <tr> <td>EPR Engenharia S.A.</td> <td>-</td> <td>16.138</td> <td>(4.034)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>-</td> <td>169.182</td> <td>(57.114)</td> <td>334.000</td> <td>(12.909)</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) No exercício de 2025, as destinações de dividendos e juros sobre capital próprio da controlada Iguacu ocorreram da seguinte forma:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Data de deliberação</th> <th>Deliberação</th> <th>Valor bruto</th> <th>IR retido</th> <th>Valor líquido</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>04/12/2025</td> <td>Dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2025</td> <td>30.735</td> <td>-</td> <td>30.735</td> </tr> <tr> <td>04/12/2025</td> <td>Juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2025</td> <td>17.647</td> <td>(2.647)</td> <td>15.000</td> </tr> <tr> <td>11/12/2025</td> <td>Juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2025</td> <td>4.698</td> <td>(705)</td> <td>3.993</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>53.080</td> <td>(3.352)</td> <td>49.728</td> </tr> </tbody> </table> <p>O montante de R\$ 4.034 referente à controlada Engenharia refere-se a proposta de dividendos referente ao lucro apurado em 2025. A movimentação dos valores de dividendos e juros sobre capital próprio a receber é demonstrada abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo no início do exercício</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>(+) Dividendos e juros sobre capital próprio declarados em ata</td> <td>57.114</td> <td>57.114</td> </tr> <tr> <td>(-) Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio</td> <td>(49.728)</td> <td>(49.728)</td> </tr> <tr> <td>(-) IRRF de juros sobre capital próprio</td> <td>(3.352)</td> <td>(3.352)</td> </tr> <tr> <td>Saldo no final do exercício</td> <td>4.034</td> <td>4.034</td> </tr> </tbody> </table> <p>(ii) Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou a aquisição da totalidade das ações da controlada Iguacu, sendo 100 ações ordinárias, perfazendo o montante de R\$ 100,00 (cem reais). Em 21 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou a subscrição de 689.999,900 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal na controlada Iguacu, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 690.000. O capital foi parcialmente integralizado no montante de R\$ 334.000 e o restante deve ser integralizado em moeda corrente nacional até 24 de abril de 2026. (iii) Em 11 de fevereiro de 2025, a EPR Participações S.A. vendeu 99 ações ordinárias da controlada Iguacu, a preço de R\$ 1,00 (um real) cada, para a Companhia. O valor contábil das ações era de R\$ (12.908) e houve uma perda (pagamento a maior) na aquisição no montante de R\$ 12.908, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas b) Informações financeiras resumidas das controladas: (i) Balanço patrimonial:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Iguacu</th> <th>Engenharia</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo circulante</td> <td>507.782</td> <td>16.805</td> </tr> <tr> <td>Ativo não circulante</td> <td>526.919</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total do ativo</td> <td>1.034.701</td> <td>16.805</td> </tr> <tr> <td>Passivo circulante</td> <td>132.872</td> <td>4.579</td> </tr> <tr> <td>Passivo não circulante</td> <td>480.772</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total do passivo</td> <td>613.644</td> <td>4.579</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio líquido</td> <td>421.057</td> <td>12.226</td> </tr> <tr> <td>Total do passivo e patrimônio líquido</td> <td>1.034.701</td> <td>16.805</td> </tr> </tbody> </table> <p>(ii) Demonstração do resultado:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Iguacu</th> <th>Engenharia</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro bruto</td> <td>274.681</td> <td>16.300</td> </tr> <tr> <td>Despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas</td> <td>(75.892)</td></tr></tbody></table>					Controladora	Consolidado		2025	2025	Ajustes para alíquota efetiva	(43.859)	(65.101)	Equivalência patrimonial	57.522	-	Juros sobre capital próprio	(7.597)	-	Incentivos fiscais	-	1.329	Adições/exclusões permanentes	-	(660)	Tributo de controladas apurado pelo lucro presumido	-	5.542	IRPJ e CSLL diferidos não constituídos	(6.847)	(6.847)	Total	(781)	(65.737)		Controladora	Consolidado		2025	2025	Correntes	-	(59.362)	Diferidos	(781)	(6.375)	Total	(781)	(65.737)		Controladora	Consolidado		2025	2025	Alíquota efetiva de impostos	1%	34%		Controladora	Consolidado		2025	2025	Varição do IRPJ CSLL a pagar			Saldo no início do exercício	-	-	(+) IRPJ e CSLL correntes	59.362	(51.517)	(-) Pagamentos efetuados	(4.582)	(4.582)	(-) Compensações	3.263	3.263	Saldo no final do exercício	3.263	3.263		Controladora	Consolidado		2025	Resultado	2024	Ativo fiscal diferido				Prejuízo fiscal e base negativa (a)	335	335	-	Provisão para fornecedores	3	3	-	Total	338	338	-	Passivo fiscal diferido				Custos de captação da dívida	(1.119)	(1.119)	-	Total	(781)	(781)	-		Controladora	Consolidado		2025	Resultado	2024	Ativo fiscal diferido				Provisão para participação nos lucros	879	879	-	Arrendamento mercantil	822	822	-	Credores pela concessão	594	594	-	Prejuízo fiscal e base negativa	335	335	-	Provisão para fornecedores	89	89	-	Outros ativos diferidos	15	15	-	Passíveis de compensação	(2.734)	(2.734)	-	Ativo fiscal diferido líquido	1.600	1.600	-	Passivo fiscal diferido				Custos de debêntures capitalizados	(5.010)	(5.010)	-	Custos de captação da dívida	(4.099)	(4.099)	-	Passíveis de compensação	2.734	2.734	-	Total	6.375	6.375	-		Participação	Controladora		2025	2025	Investida			EPR Iguacu S.A.	Controlada	100%	EPR Engenharia S.A.	Controlada	99%	Total		433.159		Equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre capital próprio (i)	Aportes de capital (ii)	Aquisição de participação (iii)	2025	Controlada	2024	2024	2024	2024	2025	EPR Iguacu S.A.	-	153.044	(53.080)	334.000	(12.909)	EPR Engenharia S.A.	-	16.138	(4.034)	-	-	Total	-	169.182	(57.114)	334.000	(12.909)	Data de deliberação	Deliberação	Valor bruto	IR retido	Valor líquido	04/12/2025	Dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2025	30.735	-	30.735	04/12/2025	Juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2025	17.647	(2.647)	15.000	11/12/2025	Juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2025	4.698	(705)	3.993			53.080	(3.352)	49.728		Controladora	Consolidado		2025	2025	Saldo no início do exercício			(+) Dividendos e juros sobre capital próprio declarados em ata	57.114	57.114	(-) Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	(49.728)	(49.728)	(-) IRRF de juros sobre capital próprio	(3.352)	(3.352)	Saldo no final do exercício	4.034	4.034		Iguacu	Engenharia		2025	2025	Ativo circulante	507.782	16.805	Ativo não circulante	526.919	-	Total do ativo	1.034.701	16.805	Passivo circulante	132.872	4.579	Passivo não circulante	480.772	-	Total do passivo	613.644	4.579	Patrimônio líquido	421.057	12.226	Total do passivo e patrimônio líquido	1.034.701	16.805		Iguacu	Engenharia		2025	2025	Lucro bruto	274.681	16.300	Despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas	(75.892)
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Ajustes para alíquota efetiva	(43.859)	(65.101)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Equivalência patrimonial	57.522	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Juros sobre capital próprio	(7.597)	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Incentivos fiscais	-	1.329																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Adições/exclusões permanentes	-	(660)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Tributo de controladas apurado pelo lucro presumido	-	5.542																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos	(6.847)	(6.847)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Total	(781)	(65.737)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Correntes	-	(59.362)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Diferidos	(781)	(6.375)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Total	(781)	(65.737)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Alíquota efetiva de impostos	1%	34%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Varição do IRPJ CSLL a pagar																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
Saldo no início do exercício	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
(+) IRPJ e CSLL correntes	59.362	(51.517)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
(-) Pagamentos efetuados	(4.582)	(4.582)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
(-) Compensações	3.263	3.263																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Saldo no final do exercício	3.263	3.263																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	Resultado	2024																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Ativo fiscal diferido																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	335	335	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Provisão para fornecedores	3	3	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	338	338	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Passivo fiscal diferido																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
Custos de captação da dívida	(1.119)	(1.119)	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	(781)	(781)	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	Resultado	2024																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Ativo fiscal diferido																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
Provisão para participação nos lucros	879	879	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Arrendamento mercantil	822	822	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Credores pela concessão	594	594	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Prejuízo fiscal e base negativa	335	335	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Provisão para fornecedores	89	89	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Outros ativos diferidos	15	15	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Passíveis de compensação	(2.734)	(2.734)	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Ativo fiscal diferido líquido	1.600	1.600	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Passivo fiscal diferido																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
Custos de debêntures capitalizados	(5.010)	(5.010)	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Custos de captação da dívida	(4.099)	(4.099)	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Passíveis de compensação	2.734	2.734	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	6.375	6.375	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
	Participação	Controladora																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Investida																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
EPR Iguacu S.A.	Controlada	100%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
EPR Engenharia S.A.	Controlada	99%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Total		433.159																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	Equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre capital próprio (i)	Aportes de capital (ii)	Aquisição de participação (iii)	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Controlada	2024	2024	2024	2024	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
EPR Iguacu S.A.	-	153.044	(53.080)	334.000	(12.909)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
EPR Engenharia S.A.	-	16.138	(4.034)	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Total	-	169.182	(57.114)	334.000	(12.909)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Data de deliberação	Deliberação	Valor bruto	IR retido	Valor líquido																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
04/12/2025	Dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2025	30.735	-	30.735																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
04/12/2025	Juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2025	17.647	(2.647)	15.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
11/12/2025	Juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2025	4.698	(705)	3.993																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
		53.080	(3.352)	49.728																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
	Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Saldo no início do exercício																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
(+) Dividendos e juros sobre capital próprio declarados em ata	57.114	57.114																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
(-) Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	(49.728)	(49.728)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
(-) IRRF de juros sobre capital próprio	(3.352)	(3.352)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Saldo no final do exercício	4.034	4.034																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	Iguacu	Engenharia																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Ativo circulante	507.782	16.805																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Ativo não circulante	526.919	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Total do ativo	1.034.701	16.805																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Passivo circulante	132.872	4.579																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Passivo não circulante	480.772	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Total do passivo	613.644	4.579																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Patrimônio líquido	421.057	12.226																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Total do passivo e patrimônio líquido	1.034.701	16.805																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	Iguacu	Engenharia																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
	2025	2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Lucro bruto	274.681	16.300																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas	(75.892)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.									
Consolidado					Controladora				
Atendi-mento pré-hospita- talar (a)	Veículos (b)	Imó-veis (c)	Total						
Amortização acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
(-) Amortização					(-) Amortização				
(959)	(3.895)	(831)	(5.685)						
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
(959)	(3.895)	(831)	(5.685)						
Direito de uso líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
5.501	20.733	3.005	29.239						
Taxa de amortização - a.a.					Taxa de amortização - a.a.				
20%	20%	10%	-						
(a) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar; (b) Refere-se à locação de ambulâncias para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais, além de veículos administrativos; (c) Refere-se à locação de sedes administrativas. b) Passivo de arrendamento:									
Saldo no início do exercício					Saldo no início do exercício				
(+ Adições)					(+ Adições)				
(+ Ajuste a valor presente (Nota 26))					(+ Ajuste a valor presente (Nota 26))				
(- Pagamentos - principal)					(- Pagamentos - principal)				
(- Pagamentos - juros)					(- Pagamentos - juros)				
Saldo no final do exercício					Saldo no final do exercício				
Circulante					Circulante				
Não circulante					Não circulante				
25.201					25.201				
No reconhecimento inicial, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados utilizando a taxa incremental de financiamento aplicável a cada contrato. Para o exercício, a taxa média ponderada utilizada foi de 9,68% a.a. Em 31 de dezembro de 2025, o ajuste a valor presente totalizava R\$ 10.024. Abaixo é demonstrado o passivo de arrendamento não circulante, por ano de vencimento:									
Consolidado					Consolidado				
2025					2025				
2027					2027				
2028					2028				
2029					2029				
2030					2030				
2031					2031				
Após 2031					Após 2031				
1.361					1.361				
Total					Total				
25.201					25.201				
15. Infraestrutura em construção:									
Consolidado					Controladora				
2025					2025				
2028					2028				
2029					2029				
2030					2030				
2031					2031				
Após 2031					Após 2031				
1.361					1.361				
Total					Total				
25.201					25.201				
16. Intangível:									
Consolidado					Controladora				
2025					2025				
2028					2028				
2029					2029				
2030					2030				
2031					2031				
Após 2031					Após 2031				
1.361					1.361				
Total					Total				
25.201					25.201				
17. Partes relacionadas:									
Consolidado					Controladora				
2025					2025				
2028					2028				
2029					2029				
2030					2030				
2031					2031				
Após 2031					Após 2031				
1.361					1.361				
Total					Total				
25.201					25.201				
18. Fornecedores:									
Consolidado					Controladora				
2025					2025				
2028					2028				
2029					2029				
2030					2030				
2031					2031				
Após 2031					Após 2031				
1.361					1.361				
Total					Total				
25.201					25.201				
19. Debêntures:									
Consolidado					Controladora				
2025					2025				
2028					2028				
2029					2029				
2030					2030				
2031					2031				
Após 2031					Após 2031				
1.361					1.361				
Total					Total				
25.201					25.201				
20. Obrigações sociais:									
Consolidado					Controladora				
2025					2025				
2028					2028				
2029					2029				
2030					2030				
2031					2031				
Após 2031					Após 2031				
1.361					1.361				
Total					Total				
25.201					25.201				
21. Obrigações fiscais:									
Consolidado					Controladora				
2025					2025				
2028					2028				
2029					2029				
2030					2030				
2031					2031				
Após 2031					Após 2031				
1.361					1.361				
Total					Total				
25.201					25.201				
22. Credores pela concessão:									
Consolidado					Controladora				
2025					2025				
2028					2028				
2029					2029				
2030					2030				
2031					2031				
Após 2031					Após 2031				
1.361					1.361				
Total					Total				
25.201					25.201				
23. Patrimônio líquido (a) Capital social:									
Consolidado					Controladora				
2025					2025				
2028					2028				
2029					2029				
2030					2030				
2031					2031				
Após 2031					Após 2031				
1.361					1.361				
Total					Total				
25.201					25.201				
24. Receita operacional líquida:									
Consolidado					Controladora				
2025					2025				
2028					2028				
2029					2029				
2030					2030				
2031					2031				
Após 2031					Após 2031				
1.361					1.361				
Total					Total				
25.201					25.201				
25. Custos e despesas por natureza:									
Consolidado					Controladora				
2025					2025				
2028					2028				
2029					2029				
2030					2030				
2031					2031				
Após 2031					Após 2031				
1.361					1.361				
Total					Total				
25.201					25.201				

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

	Controladora		Consolidado		Controladora						Consolidado				
	2025	2025	2025	2025	Exposi-ção	Risco	Taxa de juros	Cenário I (pro-vável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (-25%)	Cenário V (-50%)	Classificação	Contábil	Valor justo
Custo da concessão (Nota 22)	-	(14.654)	-	(14.654)											
Depreciação e amortização	-	(6.242)	-	(6.242)											
Seguros e garantias	-	(5.042)	-	(5.042)											
Combustíveis e lubrificantes	-	(3.487)	-	(3.487)											
Aluguéis	(5)	(3.429)	(5)	(3.429)											
Contribuições e doações	-	(1.286)	-	(1.286)											
Perdas de arrecadação (Nota 7)	-	(43)	-	(43)											
Outros	(10)	(7.271)	(10)	(7.271)											
Total	(887)	(581.729)	(887)	(581.729)											
Custo dos serviços prestados	-	(504.941)	-	(504.941)											
Despesas gerais e administrativas	(887)	(76.788)	(887)	(76.788)											

26. Resultado financeiro:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	491	59.256
Outras receitas	349	15
Total	840	59.271
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures (Nota 19)	(36.694)	(68.655)
Impostos sobre receitas financeiras	(2.114)	(4.848)
Amortização dos custos de captação de debêntures (Nota 19)	(1.252)	(3.527)
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil (Nota 13)	-	(3.094)
Outras despesas	(77)	(1.875)
Total	(40.137)	(81.999)
Resultado financeiro	(39.297)	(22.728)

27. Resultado por ação:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	88.651	88.651
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	60.358	60.358
Resultado básico e diluído por ação - R\$	1,4687	1,4687

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: a) Visão geral O Grupo está exposto aos seguintes riscos: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de taxa de juros; Risco de mercado; e Risco regulatório. Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo. **Estrutura de gerenciamento de risco** A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. b) Risco de crédito O Grupo visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	581	450.534
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	49.924	49.924
Contas a receber (Nota 7)	-	42.707
Partes relacionadas (Nota 17)	3.759	5.822
Dividendos a receber (Nota 17)	4.034	7.712
Recursos vinculados (Nota 10)	-	-
Total	58.298	556.699

c) Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo. O contrato de concessão estabelece o recurso vinculado como garantia às partes contratuais. Caso o saldo deste recurso seja insuficiente para cobrir os eventuais reequilíbrios, favoráveis ou não ao Grupo, outras formas de reequilíbrio deverão ser discutidas entre as partes. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Debêntures (Nota 19)	303.402	303.402
Fornecedores (Nota 28)	296	296
Partes relacionadas (Nota 17)	35.103	35.103
Dividendos a pagar (Nota 17)	30.452	30.452
Total	65.851	303.402

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Debêntures (Nota 19)	742.484	742.484
Fornecedores (Nota 18)	85.900	85.900
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 13)	6.050	23.840
Partes relacionadas (Nota 17)	17.071	17.071
Cretores pela concessão (Nota 22)	3.411	7.712
Dividendos a pagar (Nota 17)	30.493	30.493
Total	142.925	774.036

d) Risco de taxa de juros O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e debêntures. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Operação	Exposi-ção	Risco	Taxa de juros	Cenário I (pro-vável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (-25%)	Cenário V (-50%)
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras (Nota 5)	547	Variação CDI	12,25% ¹	67	84	100	50	33
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	49.924	Variação CDI	12,25% ¹	6.116	7.645	9.174	4.587	3.058
Passivos financeiros								
Debêntures (Nota 19)	306.693	Variação CDI	12,25% ¹	37.570	46.962	56.355	28.177	18.785

A diretoria do Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a diretoria adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. ¹ Fonte Baen em 26 de dezembro de 2025. e) Risco de mercado Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. f) Risco regulatório O contrato de concessão estabelece um rol não exaustivo de obrigações do poder concedente e da controlada Iguacu, incluindo o regimento específico sobre a alocação de riscos entre a controlada e poder concedente. Considera-se desequilibrado o contrato de concessão quando qualquer das partes sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalançamento da equação econômico-financeira do contrato. Isso significa que eventuais impactos aos resultados da controlada em virtude de descumprimento de obrigações contratuais do poder concedente e/ou de materialização de riscos a ele alocados poderão ensejar compensações à controlada pelos meios de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos no contrato – como a alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação. O inadimplemento de obrigações contratuais ordinárias, por parte do poder concedente, poderá impedir o cumprimento integral dos compromissos contratuais da controlada Iguacu, inclusive os de natureza financeira, incluindo aqueles relacionados a mudanças na legislação tributária, o que incluiria aqueles oriundos da Reforma Tributária sobre o Consumo (LC 214/2025), e causar diminuição de receita, acréscimo de custos, diminuição ou perda de lucros. No caso de inadimplemento do contrato de concessão pelo poder concedente, a controlada poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias do contrato de concessão, que incluem instauração de arbitragem ou, em se tratando de direito indisponível, acionamento do poder judiciário, para pleitear a defesa de seus direitos. A controlada poderá, ainda, apresentar ação judicial de rescisão do contrato de concessão, com fundamento no art. 39 da lei nº 8.987/1995, em razão de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, hipótese em que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. No caso de rescisão, a concessionária terá direito à indenização pelos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados até o momento da extinção contratual. Não há como garantir que os processos arbitrais ou judiciais serão julgados favoravelmente à controlada, ou que as respectivas decisões serão proferidas e/ou executadas em tempo hábil a fim de evitar impactos materiais adversos na concessão, tampouco que a indenização será suficiente para compensar integralmente os investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados. g) Gerenciamento do capital A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para acionistas e cretores.

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Debêntures (Nota 19)	303.402	742.484
Fornecedores (Nota 18)	296	85.900
Arrendamento mercantil (Nota 13)	-	35.251
Cretores pela concessão (Nota 22)	-	11.123
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(581)	(450.534)
Subtotal	303.117	424.224
Patrimônio líquido	154.857	154.981
Total	457.974	579.205
Quociente de alavancagem	66%	73%

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Ativo		
Caixa e numerários (Nota 5)	2	34
Aplicações financeiras (Nota 5)	1 (Nível 2)	547
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	1 (Nível 2)	49.924
Partes relacionadas (Nota 17)	2	3.759
Dividendos a receber (Nota 17)	2	4.034
Total	58.298	58.298
Passivo		
Debêntures (Nota 19)	2	303.402
Fornecedores (Nota 18)	2	296
Partes relacionadas (Nota 17)	2	35.103
Dividendos a pagar (Nota 17)	2	30.452
Total	369.253	369.253

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Ativo		
Caixa e numerários (Nota 5)	2	34
Aplicações financeiras (Nota 5)	1 (Nível 2)	547
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	1 (Nível 2)	49.924
Partes relacionadas (Nota 17)	2	3.759
Dividendos a receber (Nota 17)	2	4.034
Total	58.298	58.298
Passivo		
Debêntures (Nota 19)	2	303.402
Fornecedores (Nota 18)	2	296
Partes relacionadas (Nota 17)	2	35.103
Dividendos a pagar (Nota 17)	2	30.452
Total	369.253	369.253

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. São Paulo – SP Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível** Os contratos de concessões representam o direito de exploração da

responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Caixa e numerários (Nota 5)	2	4.450
Aplicações financeiras (Nota 5)	1 (Nível 2)	446.084
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	1 (Nível 2)	49.924
Contas a receber (Nota 7)	2	42.707
Partes relacionadas (Nota 17)	2	5.822
Recursos vinculados (Nota 10)	2	7.712
Total	556.699	556.699
Passivo		
Debêntures (Nota 19)	2	742.484
Fornecedores (Nota 18)	2	85.900
Arrendamento mercantil (Nota 13)	2	31.251
Partes relacionadas (Nota 17)	2	17.071
Cretores pela concessão (Nota 22)	2	11.123
Dividendos a pagar (Nota 17)	2	30.493
Total	918.322	918.322

A Classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição: Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado Classificação 2 – Custo amortizado **29. Garantias e seguros:** A controlada Iguacu, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a controlada Iguacu mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Riscos cobertos		
Seguro garantia	12/03/2025	12/05/2026
Riscos operacionais	12/03/2025	12/05/2026
Responsabilidade civil geral	12/03/2025	12/05/2026
Risco de engenharia	11/07/2025	11/07/2026
Responsabilidade civil de obras	11/07/2025	11/07/2026

30. Compromissos: A controlada Iguacu tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos nas frentes, são: • Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão; • Frente de recuperação – Do 2º ao 5º ano de concessão; • Frente de manutenção – Do 6º ao 30º ano de concessão; e • Frente de conservação – Do 1º ao 30º ano de concessão. No âmbito do contrato, a controlada Iguacu assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R\$ 18.962.740, sendo R\$ 13.269.336 destinados à expansão e melhorias e R\$ 5.693.404 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 462 quilômetros de pistas, a implantação de 31 quilômetros de faixas adicionais e 87 quilômetros de vias marginais. Além do estabelecido acima, a controlada Iguacu também possui as seguintes obrigações dispostas no contrato de concessão: • Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); • Recursos vinculados: parcela retida do preço do pedágio cobrado da controlada Iguacu em favor do poder concedente; • Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controlada também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a controlada Iguacu deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Ampliação de capacidade e melhorias descritas no PER		543.943
Da conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descritas no PER até o 27º ano de concessão		271.972
Do 28º ano de concessão até o final da concessão		543.943

31. Transações que não afetaram caixa:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Aquisição de infraestrutura em construção/fornecedores		(78.548)
Custos de debêntures capitalizados (Nota 15)		(14.735)
Adições de direito de uso/arrendamento mercantil (Nota 13)		(34.924)

32. Eventos subsequentes: a) Aumento de capital social e alteração de participação societária: Em 13 de janeiro de 2026, a Companhia, vendeu 100 ações ordinárias da controlada EPR Engenharia S.A. ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada, para a acionista EPR Participações S.A. O valor contábil das ações

continuação

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 30 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Audítores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador
CRC SP-198698/O

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA São Paulo
MERCANTIL



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 – NIRE 35.300.446.666

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob rito de Registro Automático de Distribuição, da Estok Comércio e Representações S.A., instalada em 22 de janeiro de 2026 e reaberta em 23 de janeiro de 2026.

1 Data, Hora e Local: Instalada às 9:00 horas do dia 22 de janeiro de 2026 e suspensa, reaberta às 14:30 horas do dia 23 de janeiro de 2026, de forma exclusivamente digital, conforme inciso I, do artigo 70 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 81"), tendo sido considerada, nos termos do artigo 71, parágrafo 2º da Resolução CVM 81 ("Assembleia Geral de Debenturistas"), como realizada na sede social da Estok Comércio e Representações S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida José César de Oliveira, nº 21, conjuntos 31, 32 e 33, Bloco III, Vila Leopoldina, CEP 05.317-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 49.732.175/0001-82, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.3.0044666-6 ("Emissora" ou "Companhia").

2 Convocação: Dispensada a convocação tendo em vista a presença de 100% (cem por cento) dos Debenturistas nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), e da Cláusula 13 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob rito de Registro Automático, da Estok Comércio e Representações S.A.", celebrado em 13 de dezembro de 2024, conforme aditada ("Escritura de Emissão") entre a Emissora, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, bairro Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, representando a comunhão dos interesses dos Debenturistas ("Agente Fiduciário"), o Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada da Moby S.A.) ("Grupo Toky"), a Moby Tech Ltda. ("Moby Tech"), a Moby Comércio Varejista Ltda. ("Moby Comércio") e a Moby Hub Transportadora Ltda. ("Moby Hub" e, quando em conjunto com o Grupo Toky, Moby Tech e Moby Comércio, as "Fidadoras" e "Escritura de Emissão", respectivamente) e o artigo 71, § 3º da Resolução CVM 81.

3 Presença: Presentes os debenturistas ("Debenturistas") detentores de 100% (cem por cento) das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única ("Debêntures"), da 1ª (primeira) emissão ("Emissão") da Emissora, em circulação ("Debêntures em Circulação"), conforme lista de presença de debenturistas anexa à presente ata ("Lista de Presença"). Presentes, ainda, a representante da Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário da Emissão, representando a comunhão dos Debenturistas ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme assinaturas constantes no final desta ata.

4 Mesa: Presidida pelo Sr. Victor Noda, e Secretariada pelo Sr. João Targino.

5 Ordem do Dia: Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) aprovar, a alteração da cláusula 5.16.1. da Escritura de Emissão e do cronograma de pagamento da Remuneração, constante na referida cláusula para: (i) prorrogar em 59 (cinquenta e nove) dias corridos contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas a primeira Data de Pagamento da Remuneração, considerando-se como primeira Data de Pagamento da Remuneração 23 de março de 2026, e as demais no vigésimo terceiro dia de cada mês subsequente e a última na Data de Vencimento, sendo certo, que a Remuneração devida para o referido período de prorrogação será incorporada ao saldo devedor das Debêntures; e (ii) corrigir o método de prorrogação de prazo para seguir a regra prevista na Cláusula 5.19 da Escritura de Emissão, conforme estabelecido pela B3, passando a Cláusula 5.16.1. e o cronograma de pagamento da Remuneração a vigorarem nos seguintes termos: "5.16.1. A Remuneração acumulada entre a Data de Início da Rentabilidade e 23 de março de 2026 ("Período de Carência dos Juros") será capitalizada e incorporada ao Valor Nominal Unitário das Debêntures em 22 de fevereiro de 2026. O pagamento efetivo da Remuneração, observado o Período de Carência dos Juros, ressaltados os pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado, Oferta de Resgate Antecipado, Amortização Extraordinária Obrigatória e/ou Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, será feito em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela de pagamento da Remuneração em 23 de março de 2026, e a partir dessa data, no vigésimo terceiro dia de cada mês subsequente, exceto com relação à última parcela, a ser paga na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). O pagamento da Remuneração deverá ocorrer de acordo com o cronograma abaixo disposto:

#	Data de Pagamento da Remuneração	#	Data de Pagamento da Remuneração
1	23 de março de 2026	54	23 de agosto de 2030
2	23 de abril de 2026	55	23 de setembro de 2030
3	23 de maio de 2026	56	23 de outubro de 2030
4	23 de junho de 2026	57	23 de novembro de 2030
5	23 de julho de 2026	58	23 de dezembro de 2030
6	23 de agosto de 2026	59	23 de janeiro de 2031
7	23 de setembro de 2026	60	23 de fevereiro de 2031
8	23 de outubro de 2026	61	23 de março de 2031
9	23 de novembro de 2026	62	23 de abril de 2031
10	23 de dezembro de 2026	63	23 de maio de 2031
11	23 de janeiro de 2027	64	23 de junho de 2031
12	23 de fevereiro de 2027	65	23 de julho de 2031
13	23 de março de 2027	66	23 de agosto de 2031
14	23 de abril de 2027	67	23 de setembro de 2031
15	23 de maio de 2027	68	23 de outubro de 2031
16	23 de junho de 2027	69	23 de novembro de 2031
17	23 de julho de 2027	70	23 de dezembro de 2031
18	23 de agosto de 2027	71	23 de janeiro de 2032
19	23 de setembro de 2027	72	23 de fevereiro de 2032
20	23 de outubro de 2027	73	23 de março de 2032
21	23 de novembro de 2027	74	23 de abril de 2032
22	23 de dezembro de 2027	75	23 de maio de 2032
23	23 de janeiro de 2028	76	23 de junho de 2032
24	23 de fevereiro de 2028	77	23 de julho de 2032

25	23 de março de 2028	78	23 de agosto de 2032
26	23 de abril de 2028	79	23 de setembro de 2032
27	23 de maio de 2028	80	23 de outubro de 2032
28	23 de junho de 2028	81	23 de novembro de 2032
29	23 de julho de 2028	82	23 de dezembro de 2032
30	23 de agosto de 2028	83	23 de janeiro de 2033
31	23 de setembro de 2028	84	23 de fevereiro de 2033
32	23 de outubro de 2028	85	23 de março de 2033
33	23 de novembro de 2028	86	23 de abril de 2033
34	23 de dezembro de 2028	87	23 de maio de 2033
35	23 de janeiro de 2029	88	23 de junho de 2033
36	23 de fevereiro de 2029	89	23 de julho de 2033
37	23 de março de 2029	90	23 de agosto de 2033
38	23 de abril de 2029	91	23 de setembro de 2033
39	23 de maio de 2029	92	23 de outubro de 2033
40	23 de junho de 2029	93	23 de novembro de 2033
41	23 de julho de 2029	94	23 de dezembro de 2033
42	23 de agosto de 2029	95	23 de janeiro de 2034
43	23 de setembro de 2029	96	23 de fevereiro de 2034
44	23 de outubro de 2029	97	23 de março de 2034
45	23 de novembro de 2029	98	23 de abril de 2034
46	23 de dezembro de 2029	99	23 de maio de 2034
47	23 de janeiro de 2030	100	23 de junho de 2034
48	23 de fevereiro de 2030	101	23 de julho de 2034
49	23 de março de 2030	102	23 de agosto de 2034
50	23 de abril de 2030	103	23 de setembro de 2034
51	23 de maio de 2030	104	23 de outubro de 2034
52	23 de junho de 2030	105	23 de novembro de 2034
53	23 de julho de 2030	106	Data de Vencimento"

(ii) autorizar que a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos e celebre todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas no item acima, incluindo, mas não se limitando à celebração, em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, do "Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob rito de Registro Automático, da Estok Comércio e Representações S.A." ("Aditamento à Escritura") para alteração da Cláusula 5.16.1, nos termos do item (i) da Ordem do Dia.

6 Deliberações: Antes das deliberações, o Agente Fiduciário questionou a Emissora e os Debenturistas acerca de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação às matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/2022 – Pronunciamento Técnico CPC 05, bem como no artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável, sendo informado por todos os presentes que tal hipótese inexistia. Instalada validamente a presente Assembleia Geral de Debenturistas, após exame e discussão das matérias da Ordem do Dia, restou decidido: (i) Pelos votos de titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, sem manifestação de votos contrários e sem registro de abstenções, foi aprovado a alteração da cláusula 5.16.1. da Escritura de Emissão e do cronograma de pagamento da Remuneração, constante na referida cláusula para: (i) prorrogar em 59 (cinquenta e nove) dias corridos contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas a primeira Data de Pagamento da Remuneração, considerando-se como primeira Data de Pagamento da Remuneração 23 de março de 2026, e as demais no vigésimo terceiro dia de cada mês subsequente e a última na Data de Vencimento, sendo certo, que a Remuneração devida para o referido período de prorrogação será incorporada ao saldo devedor das Debêntures; e (ii) corrigir o método de prorrogação de prazo para seguir a regra prevista na Cláusula 5.19 da Escritura de Emissão, conforme estabelecido pela B3, tendo o Sr. Régis Dubrule apresentado manifestação de voto, na forma do Anexo I à presente Ata, passando a Cláusula 5.16.1 e o cronograma de pagamento da Remuneração a vigorarem nos termos previstos abaixo: "5.16.1. A Remuneração acumulada entre a Data de Início da Rentabilidade e 23 de março de 2026 ("Período de Carência dos Juros") será capitalizada e incorporada ao Valor Nominal Unitário das Debêntures em 22 de fevereiro de 2026. O pagamento efetivo da Remuneração, observado o Período de Carência dos Juros, ressaltados os pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado, Oferta de Resgate Antecipado, Amortização Extraordinária Obrigatória e/ou Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, será feito em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela de pagamento da Remuneração em 23 de março de 2026, e a partir dessa data, no vigésimo terceiro dia de cada mês subsequente, exceto com relação à última parcela, a ser paga na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). O pagamento da Remuneração deverá ocorrer de acordo com o cronograma abaixo disposto:

#	Data de Pagamento da Remuneração	#	Data de Pagamento da Remuneração
1	23 de março de 2026	54	23 de agosto de 2030
2	23 de abril de 2026	55	23 de setembro de 2030
3	23 de maio de 2026	56	23 de outubro de 2030
4	23 de junho de 2026	57	23 de novembro de 2030
5	23 de julho de 2026	58	23 de dezembro de 2030
6	23 de agosto de 2026	59	23 de janeiro de 2031
7	23 de setembro de 2026	60	23 de fevereiro de 2031
8	23 de outubro de 2026	61	23 de março de 2031
9	23 de novembro de 2026	62	23 de abril de 2031
10	23 de dezembro de 2026	63	23 de maio de 2031
11	23 de janeiro de 2027	64	23 de junho de 2031
12	23 de fevereiro de 2027	65	23 de julho de 2031
13	23 de março de 2027	66	23 de agosto de 2031
14	23 de abril de 2027	67	23 de setembro de 2031
15	23 de maio de 2027	68	23 de outubro de 2031
16	23 de junho de 2027	69	23 de novembro de 2031
17	23 de julho de 2027	70	23 de dezembro de 2031
18	23 de agosto de 2027	71	23 de janeiro de 2032
19	23 de setembro de 2027	72	23 de fevereiro de 2032
20	23 de outubro de 2027	73	23 de março de 2032
21	23 de novembro de 2027	74	23 de abril de 2032

22	23 de dezembro de 2027	75	23 de maio de 2032
23	23 de janeiro de 2028	76	23 de junho de 2032
24	23 de fevereiro de 2028	77	23 de julho de 2032
25	23 de março de 2028	78	23 de agosto de 2032
26	23 de abril de 2028	79	23 de setembro de 2032
27	23 de maio de 2028	80	23 de outubro de 2032
28	23 de junho de 2028	81	23 de novembro de 2032
29	23 de julho de 2028	82	23 de dezembro de 2032
30	23 de agosto de 2028	83	23 de janeiro de 2033
31	23 de setembro de 2028	84	23 de fevereiro de 2033
32	23 de outubro de 2028	85	23 de março de 2033
33	23 de novembro de 2028	86	23 de abril de 2033
34	23 de dezembro de 2028	87	23 de maio de 2033
35	23 de janeiro de 2029	88	23 de junho de 2033
36	23 de fevereiro de 2029	89	23 de julho de 2033
37	23 de março de 2029	90	23 de agosto de 2033
38	23 de abril de 2029	91	23 de setembro de 2033
39	23 de maio de 2029	92	23 de outubro de 2033
40	23 de junho de 2029	93	23 de novembro de 2033
41	23 de julho de 2029	94	23 de dezembro de 2033
42	23 de agosto de 2029	95	23 de janeiro de 2034
43	23 de setembro de 2029	96	23 de fevereiro de 2034
44	23 de outubro de 2029	97	23 de março de 2034
45	23 de novembro de 2029	98	23 de abril de 2034
46	23 de dezembro de 2029	99	23 de maio de 2034
47	23 de janeiro de 2030	100	23 de junho de 2034
48	23 de fevereiro de 2030	101	23 de julho de 2034
49	23 de março de 2030	102	23 de agosto de 2034
50	23 de abril de 2030	103	23 de setembro de 2034
51	23 de maio de 2030	104	23 de outubro de 2034
52	23 de junho de 2030	105	23 de novembro de 2034
53	23 de julho de 2030	106	Data de Vencimento"

(ii) Pelos votos de titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, sem manifestação de votos contrários e sem registro de abstenções, foi aprovado e autorizado que a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos e celebre todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas no item acima, incluindo, mas não se limitando à celebração, em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da aprovação nesta AGD, do Aditamento à Escritura para alteração da Cláusula 5.16.1, nos termos do item (i) acima, tendo o Sr. Régis Dubrule apresentado manifestação de voto, na forma do Anexo I à presente Ata.

7 Disposições Finais: As aprovações objeto das deliberações da presente Assembleia Geral de Debenturistas, são tomadas por mera liberalidade dos Debenturistas, portanto não (i) poderão ser interpretadas como precedente ou renúncia dos Debenturistas quanto ao cumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fidadoras, das obrigações assumidas nos documentos da Emissão; nem (ii) poderão impedir, restringir e/ou limitar o exercício, pelos Debenturistas, de quaisquer direitos pactuados nos documentos da Emissão, bem como não importam em quaisquer formas de novação ou extinção das garantias prestadas às Debêntures, observando o disposto nos artigos 360 a 367 e 838 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), exceto pelo deliberado nesta Assembleia Geral de Debenturistas, nos exatos termos acima.

O Agente Fiduciário informa aos Debenturistas que as deliberações da presente assembleia podem ensejar riscos mensuráveis e não mensuráveis às Debêntures, incluindo, mas não se limitando, ao eventual aumento na exposição dos investidores ao risco de crédito das Debêntures em razão da alteração do cronograma da Emissão, nos termos do item "d" da Ordem do Dia. Os Debenturistas, por seus representantes aqui presentes, declaram, para todos os fins e efeitos de direito, reconhecer todos os atos aqui deliberados e os riscos decorrentes das deliberações, razão pela qual os Debenturistas assumem integralmente a responsabilidade pelos atos objeto da presente deliberação, mantendo o Agente Fiduciário integralmente indene e a salvo de quaisquer despesas, custos ou danos que este venha eventualmente a incorrer em decorrência do ato praticado nos termos desta Assembleia Geral de Debenturistas, exceto no que tange às obrigações e ações assumidas pelo Agente Fiduciário nos termos da Emissão e da legislação aplicável. Os Debenturistas, a Emissora e o Agente Fiduciário reconhecem que as suas declarações de vontade das partes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado (i) o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, ou (ii) outro meio de comprovação da auditoria e integridade do documento em forma eletrônica, desde que admitido como válido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo a forma de contratação em forma eletrônica, digital e informático como válida e plenamente eficaz. Na forma acima prevista, a presente ata, bem como demais instrumentos que dela decorrem, caso necessário, podem ser assinados digitalmente por meio eletrônico conforme disposto neste parágrafo. Os Debenturistas, a Emissora e o Agente Fiduciário conveniam que, para todos os fins de direito, que a data de início da produção de efeitos da presente Assembleia Geral de Debenturistas será a data da presente ata, ainda que qualquer das partes venha a assinar eletronicamente esta ata em data posterior, por qualquer motivo, hipótese em que as partes, desde logo, concordam com a retroação dos efeitos deste instrumento para a data aqui mencionada. Os termos com iniciais máiusculas utilizados nesta Assembleia Geral de Debenturistas que não estiverem aqui expressamente definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Ficam ratificados todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão, bem como todos os demais documentos da Emissão até o integral cumprimento da totalidade das obrigações ali previstas.

8 Encerramento: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia Geral de Debenturistas, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente, pelo Secretário, pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelos Debenturistas. O Presidente da mesa, nos termos do artigo 76, parágrafo 2º da Resolução CVM 81, registra a presença dos Debenturistas presentes nos termos da lista de presença do Anexo II. São Paulo, 23 de janeiro de 2026. Victor Noda – Presidente; João Targino – Secretário. Na qualidade de Agente Fiduciário: Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Nome: Lítza Flores Sester Cargo: Procuradora; Nome: Andrey Hallak Gabriel Cargo: Procurador. Na qualidade de Emissora: Estok Comércio e Representações S.A. Nome: Victor Noda Cargo: Diretor; Nome: Marcelo Rodrigues Marques Cargo: Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 171.713/26-6 em 07/04/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Maqzero Conta e Pagamentos Digitais Ltda.

CNPJ (MF) nº 22.416.603/0001-01 - NIRE 3523422010-3

6ª Alteração Contratual e Transformação da Sociedade Limitada em Sociedade por Ações de Capital Fechado

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma do direito, **Gustavo Adami Bender**, brasileiro, solteiro, empresário, natural da cidade de Florianópolis/SC, nascido em 15/08/2000, portador(a) da carteira nacional de habilitação nº 07261876440 – DETRAN/SC e inscrito no CPF(MF) nº 119.330.019-33, residente e domiciliado na Rua Lar do João de Barro, nº 111 – Apartamento 201 – Bairro: Rio Tavares, Florianópolis/SC, CEP 88.048-650. Na qualidade de sócio da **Maqzero Conta e Pagamentos Digitais Ltda.**, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1140, Bairro: Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04.571-930, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 22.416.603/0001-01, com seu ato constitutivo devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 3523422010-3 em sessão de 27/05/2024. E ainda, na qualidade de sócios ingressantes admitidos no presente instrumento: **a) S.H Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 49.223.563/0001-38, com matriz sediada na Avenida Charles Schneider (Bosque Flamboyant), nº 781 – Sala 106 – Bairro: Parque Senhor do Bonfim, Taubaté/SP, CEP nº 12.040-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE nº 3520176778-2 em sessão de 10/03/1982, neste ato representada por seu procurador: **Marco Aurelio Mazzeo**, brasileiro, casado, empresário, natural da cidade de São Paulo/SP, nascido em 13/09/1967, portador(a) da carteira de identidade nº 18594579 – SSP/SP, inscrito no CPF(MF) nº 094.469.888-37, residente e domiciliado na Avenida Charles Schneider (Bosque Flamboyant), nº 781 – Sala 106 – Bairro: Parque Senhor do Bonfim, Taubaté/SP, CEP nº 12.040-000. **b) Vivaldo Aparecido Oliveira Santos**, brasileiro, solteiro, empresário, natural da cidade de São Paulo/SP, nascido em 06/01/1983, portador(a) da carteira nacional de habilitação nº 03854329894 – DETRAN/SP, inscrito no CPF(MF) nº 294.168.788-20, residente e domiciliado na Rua Ferrador, nº 2, Bairro: Cidade Ipava, São Paulo/SP, CEP 04.950-040. **RESOLVEM** celebrar a presente alteração do Contrato Social e transformação do tipo jurídico da Sociedade, observado o disposto no § 3º do art. 1.072 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), de acordo com as cláusulas e condições a seguir: **1. Da Cessão e Transferência de Quotas.** **1.1.** Neste ato, o sócio Gustavo Adami, já qualificado no preâmbulo deste instrumento, cede e transfere, mediante o valor de R\$ 1,00 (um real) por quota, 670.200.000 (seiscentos e setenta milhões e duzentos mil) quotas que detinha na sociedade, totalmente subscritas e ainda não integralizadas, com todos os direitos e obrigações inerentes a tais quotas, livres e desembaraçadas de quaisquer encargos e/ou ônus de qualquer natureza aos sócios ora admitidos S.H Empreendimentos Vivaldo Aparecido Oliveira Santos, acima qualificados, na seguinte proporção: 340.400.000 (trezentos e quarenta milhões e quatrocentos mil) quotas para o sócio S.H Empreendimentos 329.800.000 (trezentos e vinte e nove milhões e oitocentos mil) quotas para o sócio Vivaldo Aparecido. **1.1.1.** Em virtude da cessão e transferência de quotas acima, Vivaldo Aparecido e S.H Empreendimentos, neste ato, admitidos como sócios da Sociedade, reconhecendo e aceitando todos os direitos e obrigações estabelecidos no contrato social da Sociedade. **1.1.2.** O cedente Gustavo Adami e oscessionários S.H Empreendimentos Vivaldo Aparecido, dão-se a mais plena, ampla, rasa, total, geral, irrevogável e irretroatável quitação das quotas cedidas e transferidas, para nada mais reclamarem uns dos outros, a qualquer tempo, a qualquer título. **1.2.** Em razão das deliberações acima, os sócios resolvem alterar o caput da Cláusula 3ª do Contrato Social da Sociedade, que passa a ter a seguinte nova redação: “Cláusula 3ª – O Capital Social é de R\$ 1.000.000.000,00 (Um bilhão de reais), dividido em 1.000.000.000 (Um bilhão) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, sendo R\$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais) já integralizado anteriormente em moeda corrente do País e R\$ 900.000.000,00 (Novecentos milhões de reais) a ser integralizado até 09/05/2030, podendo a integralização ocorrer antecipadamente, por liberalidade dos sócios ou necessidade operacional (art. 1.055, CC/2002). O capital da sociedade fica distribuído entre seus respectivos sócios da seguinte forma: **Composição de Quotas e Capital Social.** **Sócio:** Gustavo Adami Bender; **Nº de Quotas:** 329.800.000; **Valor:** R\$ 329.800.000; **Percentual:** 32,98%. **Sócio:** Vivaldo Aparecido Oliveira Santos; **Nº de Quotas:** 329.800.000; **Valor:** R\$ 329.800.000; **Percentual:** 32,98%. **Sócio:** S.H Empreendimentos Imobiliários Ltda.; **Nº de Quotas:** 340.400.000; **Valor:** R\$ 340.400.000; **Percentual:** 34,04%. **Total do Nº de Quotas:** 1.000.000.000. **Total do Valor:** R\$ 1.000.000.000,00. **Total do Percentual:** 100,00%. **2. Da Alteração do Tipo Jurídico, da Denominação e da Representação do Capital Social.** **2.1.** Os sócios resolvem aprovar, sem reservas, a transformação do tipo jurídico da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, na forma do art. 220 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e do art. 1.113 do Código Civil, para melhor atender aos propósitos e às necessidades da Sociedade, com a consequente (i) alteração de sua denominação social; e (ii) conversão das quotas representativas do capital social da Sociedade em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **2.2.** Em decorrência da deliberação tomada no item 2.1 acima, os sócios, agora acionistas, decidem aprovar a alteração da denominação social da Sociedade, que passará de “**Maqzero Conta e Pagamentos Digitais Ltda**” para “**Maqzero Sociedade de Crédito Direto S.A.**” (“Companhia”). **2.3.** Ao contrário, tendo em vista a deliberação tomada no § 1º acima, os sócios decidem aprovar a conversão da totalidade das 1.000.000.000 (um bilhão) de quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, de emissão da Sociedade, em 1.000.000.000 (um bilhão) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, para cada quota convertida, a serem detidas na mesma proporção em que participavam do capital da Sociedade anteriormente à transformação ora aprovada, as quais são, neste ato, subscritas e integralizadas pelos acionistas, nos termos do Boletim de Subscrição – Conversão de Quotas constantes no Anexo I ao presente instrumento e de acordo com os termos e condições dispostos no item 2.4 abaixo. **2.3.1.** Os sócios consignam que a conversão da totalidade das quotas de emissão da Sociedade em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, nos termos do item 2.3 acima, cumpriu integralmente com os requisitos no art. 80 da Lei das S.A. **2.4.** Em virtude da conversão das quotas representativas do capital social da Companhia em mesma quantidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, de emissão da Companhia, a relação completa dos acionistas da Companhia, a indicação da totalidade de ações subscritas em razão da transformação ora aprovada e o percentual de participação no capital social total da Companhia será o seguinte: **Acionista:** Gustavo Adami Bender; **Ações Ordinárias:** 329.800.000; **Preço de Emissão:** R\$ 329.800.000; **Percentual:** 32,98%; **Acionista:** Vivaldo Aparecido Oliveira Santos; **Ações Ordinárias:** 329.800.000; **Preço de Emissão:** R\$ 329.800.000; **Percentual:** 32,98%; **Acionista:** S.H Empreendimentos Imobiliários Ltda.; **Ações Ordinárias:** 340.400.000; **Preço de Emissão:** R\$ 340.400.000; **Percentual:** 34,04%; **Total das Ações Ordinárias:** 1.000.000.000. **Total do Preço de Emissão:** R\$ 1.000.000.000,00. **Total do Percentual:** 100,00%. **2.4.1.** Em razão da aprovação da transformação de tipo societário, os sócios da Sociedade passam a ser chamados de “acionistas”. **3. Da de Objeto Social da Companhia.** **3.1.** Em ato contínuo, os acionistas decidem que a Companhia terá como objeto social o exercício das seguintes atividades: 1) Atividades de Operações de empréstimo e financiamento por meio de plataforma eletrônica; 2) Emissão de CCB/CCI e instrumento equivalente; 3) Prestação de serviços de análise de crédito para terceiros; 4) Cobrança de crédito de terceiros; 5) Outros serviços acessórios; 4. **Aprovação do Estatuto da Companhia.** **4.1.** Em consequência das deliberações tomadas no item 2 acima, os acionistas decidem aprovar o Estatuto Social da Companhia, o qual deverá vigorar conforme a redação constante no Anexo II abaixo. **5. Composição da Administração e Eleição dos Diretores.** **5.1.** A administração da Companhia caberá a uma Diretoria que será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 7 (sete) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-presidente, e os demais, Diretores de negócios, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 03 (três) anos. Em ato contínuo, os acionistas resolvem aprovar a eleição dos seguintes indivíduos para composição da Diretoria: **i) Gustavo Adami Bender**, brasileiro, solteiro, empresário, natural da cidade de Florianópolis/SC, nascido em 15/08/2000, portador(a) da carteira nacional de habilitação nº 07261876440 – DETRAN/SC e inscrito no CPF(MF) nº 119.330.019-33, residente e domiciliado na Rua Lar do João de Barro, nº 111 – Apartamento 201 – Bairro: Rio Tavares, Florianópolis/SC, CEP 88.048-650 que atuará como **Diretor Presidente**; e **ii) Vivaldo Aparecido Oliveira Santos**, brasileiro, solteiro, empresário, natural da cidade de São Paulo/SP, nascido em 06/01/1983, portador(a) da carteira nacional de habilitação nº 03854329894 – DETRAN/SP, inscrito no CPF(MF) nº 294.168.788-20, residente e domiciliado na Rua Ferrador, nº 2, Bairro: Cidade Ipava, São Paulo/SP, CEP 04.950-040, que atuará como **Diretor Vice-Presidente**. **5.1.1.** Os Diretores ora eleitos são investidos em seu cargo mediante a assinatura do Termo de Posse lavrado em livro próprio, o qual ficará arquivado na sede social, no qual declaram, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no art. 147 da Lei das S.A. para investidura como membros da Diretoria da Companhia, e que não estão impedidos, por lei especial, para o exercício do cargo para os qual foram eleitos, bem como não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **5.2.** A remuneração global dos administradores da Companhia, para o exercício social corrente, será fixada oportunamente pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, observado o disposto na legislação aplicável e no Estatuto Social que ora passa a reger a Companhia nos termos do item 3.1 acima. **6. Autorização para Prática dos Atos de Consolidação do Estatuto Social.** **6.1.** Decidem os acionistas autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas, assim como assinar todos os documentos e cumprir todas as formalidades que se façam necessárias, nos termos e condições estabelecidos no presente instrumento e perante todas e quaisquer autoridades governamentais. **6.2.** Os acionistas decidem aprovar o jornal “O Dia” da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para ser utilizado para as publicações determinadas pela Lei das S.A., quando necessárias. E, por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em uma única via. São Paulo/SP, 26 de janeiro de 2026. **Sócios/Acionistas:** Gustavo Adami Bender e Vivaldo Aparecido Oliveira Santos. S.H Empreendimentos Imobiliários Ltda., Visto de advogado: **Cleudinaldo dos Santos Soares**, OAB/MA: 18760. Representada por Marco Aurelio Mazzeo, JUCESP/NIRE nº 35300686578 em 02/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º. A Maqzero Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”). **Artigo 2º.** A Companhia possui sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1140, Bairro: Cidade Monções, CEP 04.571-930. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social o exercício das seguintes atividades: • Atividades de Operações de empréstimo e financiamento por meio de plataforma eletrônica; • Emissão de CCB/CCI e instrumento equivalente; • Prestação de serviços de análise de crédito para terceiros; • Cobrança de crédito de terceiros; • Outros serviços acessórios; **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social. Artigo 5º.** O Capital Social é de R\$ 1.000.000.000,00 (Um bilhão de reais), dividido em 1.000.000.000 (Um bilhão) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, sendo R\$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais) a ser integralizado até 09/05/2030, podendo a integralização ocorrer antecipadamente, por liberalidade dos sócios ou necessidade operacional (art. 1.055, CC/2002). O capital da sociedade fica distribuído entre seus respectivos sócios da seguinte forma: **Acionista:** Vivaldo Aparecido Oliveira Santos; **Ações Ordinárias:** 329.800.000; **Preço de Emissão:** R\$ 329.800.000; **Percentual:** 32,98%. **Sócio:** S.H Empreendimentos Imobiliários Ltda.; **Nº de Quotas:** 340.400.000; **Valor:** R\$ 340.400.000; **Percentual:** 34,04%. **Total do Nº de Quotas:** 1.000.000.000. **Total do Valor:** R\$ 1.000.000.000,00. **Total do Percentual:** 100,00%. **Artigo 6º.** Cada ação dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia, a qual reconhecerá um único proprietário para cada ação. **Artigo 8º.** A titularidade das ações será presumida pela inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações da Companhia. **Artigo 9º.** Em caso de abertura de capital, a Companhia obrigará-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de identidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa. **Capítulo III – Acordo de Acionistas. Artigo 10º.** Eventuais acordos de Acionistas serão arquivados na sede da Companhia e deverão sempre ser observados pela Companhia, pela administração e por seus acionistas. • § 1º – As obrigações e responsabilidades do Acordo de Acionistas serão válidas e eficazes contra terceiros tão logo o Acordo de Acionistas tenha sido devidamente registrado nos livros da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos. Os administradores da Companhia deverão assegurar a observância do Acordo de Acionistas e o Presidente da Assembleia Geral deverá declarar inválido o voto transmitido pelo acionista em violação aos termos do Acordo de Acionistas. **Capítulo IV – Assembleias Gerais. Artigo 11º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos nos incisos I a IV do artigo 132, da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, observado sempre, o disposto em eventual acordo de acionistas arquivado a sede social da Companhia. • § 1º – As Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma virtual e/ou eletrônica, a critério da Diretoria. • § 2º – As convocações poderão ser feitas por meio eletrônico, incluindo, sem limitação, mediante envio de e-mail aos acionistas, a critério da Diretoria. • § 3º – A Assembleia Geral será instalada, com a presença dos acionistas titulares de ações representativas de, pelo menos, a maioria do capital social da Companhia, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes. Os acionistas poderão ser representados por procuradores, constituídos na forma da legislação aplicável. • § 4º – Os acionistas deverão exercer o direito de voto conferido pelas suas respectivas ações nos termos e de acordo com as cláusulas e condições previstas neste Estatuto Social e em eventual acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia. • § 5º – Os acionistas deverão se abster e fazer com que a Companhia e os representantes e administradores indicados pelos acionistas abstenham-se de praticar qualquer ato em descumprimento à lei, ao Estatuto Social e/ou em eventual acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia. **Artigo 12º.** Somente os acionistas poderão ser representados por procurador constituído na forma da legislação aplicável, isto é, a menos de 1 (um) ano da data da Assembleia Geral, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, devendo o documento comprobatório do mandato ser depositado na sede social da Companhia até 3 (três) dias antes da data marcada para a Assembleia Geral. **Artigo 13º.** A aprovação de quaisquer matérias deverá observar o disposto na legislação aplicável e neste Estatuto Social, exceto se maior quórum for exigido por eventual acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia. **Capítulo V – Administração. Artigo 14º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, que será composta e funcionará de acordo com as regras deste Estatuto Social e com as disposições de eventual acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia. • § 1º – Os membros da administração poderão ser reeleitos e, caso não o sejam, deverão permanecer nos respectivos cargos até a posse dos novos membros eleitos. • § 2º – Cabe a Assembleia Geral fixar a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal, observado o disposto no acordo de acionistas da Companhia. • § 3º – A Assembleia Geral poderá ser convocada para eleger um substituto que completará o prazo de gestão do substituído, observado o disposto no acordo de acionistas da Companhia. • § 4º – O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo haver reeleição. • § 5º – A Diretoria da Companhia não exercerá função colegiada. • § 6º – A investidura dos Diretores far-se-á na própria Assembleia Geral que os eleger ou, ausentes, mediante termo de posse lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria” da Companhia. **Capítulo VII – Conselho Fiscal. Artigo 16º.** A Companhia delibera pela não instalação de um Conselho Fiscal, conforme facultado pelo artigo 161 da Lei 6.404/1976. Os administradores ora eleitos declaram sob as penas da lei, que não estão incurso em qualquer crime que vede ou impeça de exercer a atividade mercantil. **Capítulo VIII – Exercício Social e Destinação de Lucros. Artigo 17º.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com o disposto na legislação e neste Estatuto Social. • § 1º – Uma vez apurados os resultados do exercício social, após a dedução dos prejuízos eventualmente acumulados e a provisão para o imposto de renda, o saldo remanescente será a seguinte aplicação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da conta de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas; e (iii) o saldo, se for o caso, será destinado conforme deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, respeitado eventual acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia. • § 2º – A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e distribuir dividendos com base em lucros apurados nestes balanços. Poderá também, sempre que houver lucros acumulados ou reservas de lucros disponíveis, distribuir dividendos intercalares. **Capítulo IX – Dissolução e Liquidação. Artigo 18º.** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, à qual compete estabelecer o modo de liquidação, nomear o liquidante e fixar-lhe a remuneração. **Capítulo X – Disposições Gerais. Artigo 19º.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei 6.404/76, e demais leis aplicáveis; **Capítulo XI – Foro. Artigo 20º.** O foro desta Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, será o único competente para dirimir, processar e julgar quaisquer litígios decorrentes do ou relacionados com o presente Estatuto Social, com exclusão de qualquer outro mais privilegiado que seja. São Paulo/SP, 26 de janeiro de 2026.

Maqzero Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 22.416.603/0001-01 – NIRE 3530068657-8 – Companhia Fechada

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2026

I – Data, Hora e Local: 20 de março de 2026, às 11:00 hrs na sede da empresa, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1140, Bairro: Cidade Monções, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.571-930. **II – Convocação e Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, o Sr. **Gustavo Adami Bender**, brasileiro, solteiro, empresário, natural da cidade de Florianópolis/SC, nascido em 15/08/2000, portador(a) da carteira nacional de habilitação nº 07261876440 – DETRAN/SC e inscrito no CPF(MF) nº 119.330.019-33, residente e domiciliado na Rua Lar do João de Barro, nº 111 – Apartamento 201 – Bairro: Rio Tavares, Florianópolis/SC, CEP 88.048-650, o Sr. **Vivaldo Aparecido Oliveira Santos**, brasileiro, solteiro, empresário, natural da cidade de São Paulo/SP, nascido em 06/01/1983, portador(a) da carteira nacional de habilitação nº 03854329894 – DETRAN/SP, inscrito no CPF(MF) nº 294.168.788-20, residente e domiciliado na Rua Ferrador, nº 2, Bairro: Cidade Ipava, São Paulo/SP, CEP 04.950-040 e **S.H Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 49.223.563/0001-38, com matriz sediada na Avenida Charles Schneider (Bosque Flamboyant), nº 781 – Sala 106 – Bairro: Parque Senhor do Bonfim, Taubaté/SP, CEP nº 12.040-000, com seu ato constitutivo devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE nº 3520176778-2 em sessão de 10/03/1982, neste ato representada por seu procurador: **Marco Aurelio Mazzeo**, brasileiro, casado, empresário, natural da cidade de São Paulo/SP, nascido em 13/09/1967, portador(a) da carteira de identidade nº 18594579 – SSP/SP, inscrito no CPF(MF) nº 094.469.888-37, residente e domiciliado na Avenida Charles Schneider (Bosque Flamboyant), nº 781 – Sala 106 – Bairro: Parque Senhor do Bonfim, Taubaté/SP, CEP nº 12.040-000, e ficando, portanto, dispensadas as formalidades de convocação e estando regularmente instalada a Assembleia nos termos do Estatuto Social da Companhia. **III – Ordem do Dia:** 1) Renúncia e saída de acionista/diretor; 2) Aprovação da transferência de ações; 3) Eleição de novo diretor presidente; 4) Consolidação do Estatuto Social. **IV – Mesa:** Eleitos pelos acionistas presentes para compor a mesa o Presidente Sr. **Gustavo Adami Bender** e o Sr. **Vivaldo Aparecido Oliveira Santos** na função de secretário. **V – Deliberações Adotadas:** Depois de discutidas as matérias constantes no ordem do dia, os acionistas presentes, representando a totalidade do capital social, tomaram as seguintes deliberações de forma unânime: **1) Renúncia e Saída:** Foi lida a carta de renúncia do Sr. **Gustavo Adami Bender** ao cargo de Diretor Presidente e a sua manifestação de saída do quadro social da Companhia. A renúncia foi aceita por unanimidade; **2) Transferência de Ações:** O acionista **Gustavo Adami Bender** transferiu a totalidade de sua 329.800.000 (trezentos e vinte e nove milhões, oitocentos mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e ainda não integralizadas, para o acionista **Vivaldo Aparecido Oliveira Santos**, já qualificado no preâmbulo da presente ata, pelo valor e condições estabelecidas no Termo de Transferência de Ações constante do Anexo I da presente ata, que ficará arquivado junto à sede da Companhia. Em virtude da transferência, o capital social passa a ser distribuído da seguinte forma: **Acionista:** Vivaldo Aparecido Oliveira Santos; **Ações Ordinárias:** 659.600.000; **Preço de Emissão:** R\$ 659.600.000,00; **Percentual:** 65,96%. **Acionista:** S.H Empreendimentos Imobiliários Ltda.; **Ações Ordinárias:** 340.400.000; **Preço de Emissão:** R\$ 340.400.000,00; **Percentual:** 34,04%. **Total das Ações Ordinárias:** 1.000.000.000. **Total do Preço de Emissão:** R\$ 1.000.000.000,00. **Total do Percentual:** 100,00%. **3) Eleição de Novo Diretor:** Em virtude da renúncia, os acionistas elegeram, por unanimidade, o Sr. **Vivaldo Aparecido Oliveira Santos**, para assumir o cargo de Diretor Presidente, com mandato de 3 (três) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Posse constante do Anexo II, sendo permitida a reeleição. O Diretor eleito tomou posse e declarou não possuir impedimentos legais ou condenações que o impeçam de exercer a administração da sociedade. **4) Consolidação do Estatuto Social:** Mediante as deliberações adotadas, aprova-se a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a redação constante do Anexo III a esta Ata **VI – Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 20 de março de 2026. Mesa: Gustavo Adami Bender, Presidente; Vivaldo Aparecido Oliveira Santos, Secretário. Acionistas: Gustavo Adami Bender e Vivaldo Aparecido Oliveira Santos. S.H Empreendimentos Imobiliários Ltda., Representada por Marco Aurelio Mazzeo, JUCESP nº 100.276/26 em 26/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º. A Maqzero Sociedade de Crédito Direto S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”). **Artigo 2º.** A Companhia possui sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1140, Bairro: Cidade Monções, CEP 04.571-930. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social o exercício das seguintes atividades: • Atividades de Operações de empréstimo e financiamento por meio de plataforma eletrônica; • Emissão de CCB/CCI e instrumento equivalente; • Prestação de serviços de análise de crédito para terceiros; • Cobrança de crédito de terceiros; • Outros serviços acessórios; **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social. Artigo 5º.** O Capital Social é de R\$ 1.000.000.000,00 (Um bilhão de reais), dividido em 1.000.000.000 (Um bilhão) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, sendo R\$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais) a ser integralizado até 09/05/2030, podendo a integralização ocorrer antecipadamente, por liberalidade dos sócios ou necessidade operacional (art. 1.055, CC/2002). O capital da sociedade fica distribuído entre seus respectivos sócios da seguinte forma: **Acionista:** Vivaldo Aparecido Oliveira Santos; **Ações Ordinárias:** 659.600.000; **Preço de Emissão:** R\$ 659.600.000,00; **Percentual:** 65,96%. **Acionista:** S.H Empreendimentos Imobiliários Ltda.; **Ações Ordinárias:** 340.400.000; **Preço de Emissão:** R\$ 340.400.000,00; **Percentual:** 34,04%. **Total das Ações Ordinárias:** 1.000.000.000. **Total do Preço de Emissão:** R\$ 1.000.000.000,00. **Total do Percentual:** 100,00%. **Artigo 6º.** Cada ação dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia, a qual reconhecerá um único proprietário para cada ação. **Artigo 8º.** A titularidade das ações será presumida pela inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações da Companhia. **Artigo 9º.** Em caso de abertura de capital, a Companhia obrigará-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de identidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa. **Capítulo III – Acordo de Acionistas. Artigo 10º.** Eventuais acordos de Acionistas serão arquivados na sede da Companhia e deverão sempre ser observados pela Companhia, pela administração e por seus acionistas. • § 1º – As obrigações e responsabilidades do Acordo de Acionistas serão válidas e eficazes contra terceiros tão logo o Acordo de Acionistas tenha sido devidamente registrado nos livros da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos. Os administradores da Companhia deverão assegurar a observância do Acordo de Acionistas e o Presidente da Assembleia Geral deverá declarar inválido o voto transmitido pelo acionista em violação aos termos do Acordo de Acionistas. **Capítulo IV – Assembleias Gerais. Artigo 11º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos nos incisos I a IV do artigo 132, da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, observado sempre, o disposto em eventual acordo de acionistas arquivado a sede social da Companhia. • § 1º – As Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma virtual e/ou eletrônica, a critério da Diretoria. • § 2º – As convocações poderão ser feitas por meio eletrônico, incluindo, sem limitação, mediante envio de e-mail aos acionistas, a critério da Diretoria. • § 3º – A Assembleia Geral será instalada, com a presença dos acionistas titulares de ações representativas de, pelo menos, a maioria do capital social da Companhia, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes. Os acionistas poderão ser representados por procuradores, constituídos na forma da legislação aplicável. • § 4º – Os acionistas deverão exercer o direito de voto conferido pelas suas respectivas ações nos termos e de acordo com as cláusulas e condições previstas neste Estatuto Social e em eventual acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia. • § 5º – Os acionistas deverão se abster e fazer com que a Companhia e os representantes e administradores indicados pelos acionistas abstenham-se de praticar qualquer ato em descumprimento à lei, ao Estatuto Social e/ou em eventual acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia. **Artigo 12º.** Somente os acionistas poderão ser representados por procurador constituído na forma da legislação aplicável, isto é, a menos de 1 (um) ano da data da Assembleia Geral, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, devendo o documento comprobatório do mandato ser depositado na sede social da Companhia até 3 (três) dias antes da data marcada para a Assembleia Geral. **Artigo 13º.** A aprovação de quaisquer matérias deverá observar o disposto na legislação aplicável e neste Estatuto Social, exceto se maior quórum for exigido por eventual acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia. **Capítulo V – Administração. Artigo 14º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, que será composta e funcionará de acordo com as regras deste Estatuto Social e com as disposições de eventual acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia. • § 1º – Os membros da administração poderão ser reeleitos e, caso não o sejam, deverão permanecer nos respectivos cargos até a posse dos novos membros eleitos. • § 2º – Cabe a Assembleia Geral fixar a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal, observado o disposto no acordo de acionistas da Companhia. • § 3º – A Assembleia Geral poderá ser convocada para eleger um substituto que completará o prazo de gestão do substituído, observado o disposto no acordo de acionistas da Companhia. • § 4º – O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo haver reeleição. • § 5º – A Diretoria da Companhia não exercerá função colegiada. • § 6º – A investidura dos Diretores far-se-á na própria Assembleia Geral que os eleger ou, ausentes, mediante termo de posse lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria” da Companhia. **Capítulo VII – Conselho Fiscal. Artigo 16º.** A Companhia delibera pela não instalação de um Conselho Fiscal, conforme facultado pelo artigo 161 da Lei 6.404/1976. Os administradores ora eleitos declaram sob as penas da lei, que não estão incurso em qualquer crime que vede ou impeça de exercer a atividade mercantil. **Capítulo VIII – Exercício Social e Destinação de Lucros. Artigo 17º.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com o disposto na legislação e neste Estatuto Social. • § 1º – Uma vez apurados os resultados do exercício social, após a dedução dos prejuízos eventualmente acumulados e a provisão para o imposto de renda, o saldo remanescente será a seguinte aplicação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da conta de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas; e (iii) o saldo, se for o caso, será destinado conforme deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, respeitado eventual acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia. • § 2º – A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e distribuir dividendos com base em lucros apurados nestes balanços. Poderá também, sempre que houver lucros acumulados ou reservas de lucros disponíveis, distribuir dividendos intercalares. **Capítulo IX – Dissolução e Liquidação. Artigo 18º.** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, à qual compete estabelecer o modo de liquidação, nomear o liquidante e fixar-lhe a remuneração. **Capítulo X – Disposições Gerais. Artigo 19º.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei 6.404/76, e demais leis aplicáveis; **Capítulo XI – Foro. Artigo 20º.** O foro desta Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, será o único competente para dirimir, processar e julgar quaisquer litígios decorrentes do ou relacionados com o presente Estatuto Social, com exclusão de qualquer outro mais privilegiado que seja. São Paulo/SP, 20 de março de 2026.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Ewally Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de março de 2026. 1. Data, hora e local: aos 16 dias do mês de março de 2026, às 9h30, na sede social da Ewally Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), localizada na Rua da Consolação, nº 2302, 4º andar, conjunto 42, Sala 118, Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01302-001, permitida também a participação remota. **2. Presença:** com presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Convocação:** devidamente convocada, mediante notificação enviada aos acionistas por e-mail na forma prevista no artigo 8º, §1º e §2º do Estatuto Social da Companhia e nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 do acordo de acionistas da Companhia celebrado em 4 de outubro de 2019, conforme aditado ("Acordo de Acionistas") e, ainda, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme edital de convocação publicado: (i) no Jornal "Data Mercantil", na versão impressa, na edição do dia 13 de fevereiro, na edição do dia 14, 15, 16, 17 e 18 de fevereiro e na edição do dia 19 de fevereiro de 2026, nas páginas 04, 06 e 06, respectivamente e (ii) no Jornal "Data Mercantil", na edição digital, na edição do dia 13 de fevereiro, na edição do dia 14, 15, 16, 17 e 18 de fevereiro e na edição do dia 19 de fevereiro de 2026, nas páginas 4, 1 e 1, respectivamente, tendo sido facultada também participação remota por meio de envio de link via Google Meets. **4. Mesa:** Presidente: Sra. Thais Tendolini; Secretária: Sra. Priscila Rodrigues. **5. Ordem do dia:** deliberar sobre as seguintes matérias: (i) o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), a valor patrimonial, mediante a emissão de 21.153.846 (vinte e uma milhões, cento e cinquenta e três mil, oitocentas e quarenta e seis) novas ações ordinárias, sem valor nominal, passando o capital social dos atuais R\$ 57.239.825,33 (cinquenta e sete milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos) para R\$ 68.239.825,33 (sessenta e oito milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos), dividido em 30.238.209 (trinta milhões, duzentos e trinta e oito mil, duzentas e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil ("BCB"); e (ii) alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o referido aumento do capital social. **6. Deliberações:** Preliminarmente, antes de iniciar a discussão e deliberação dos itens integrantes da ordem do dia, o acionista André Cunha pediu a palavra e apresentou protesto que ficará arquivada na sede social da Companhia. Adicionalmente, o Sr. André Cunha solicitou que fosse incluída na ordem do dia da presente assembleia deliberação acerca da propositura de ação de responsabilidade contra determinados membros do Conselho de Administração da Companhia. Após análise das matérias constantes da ordem do dia e prestados todos os esclarecimentos necessários: **6.1.** O acionista representando a maioria do capital aprovou, sujeito à homologação BCB, o aumento do capital social da Companhia, de R\$ 57.239.825,33 (cinquenta e sete milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos) para R\$ 68.239.825,33 (sessenta e oito milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos), com um aumento efetivo, portanto, de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), integralmente destinados para a conta de capital social, nos seguintes termos: a) Número de ações emitidas e sua classe: 21.153.846 (vinte e um milhões, cento e cinquenta e três mil, oitocentas e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas idênticas às atualmente existentes; b) Preço de Emissão: R\$ 0,52 por ação, correspondente ao valor patrimonial das ações com base no balanço patrimonial da Companhia levantado em 30 de junho de 2025, conforme art. 170, II, da Lei das Sociedades por Ações; c) Subscrição e integralização: todas as novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, neste ato, subscritas pela acionista CCI IP Participações Ltda., sociedade limitada, com sede na Avenida Tucunaré, nº 125, Bloco C, Térreo, Sala C-001, Tamboré, Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-020, inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.646.469/0001-78 ("CCI IP"), e integralizadas em moeda corrente nacional, no prazo e termos do Boletim de Subscrição anexo à presente ata como Anexo I. Tendo em vista o aumento de capital social aprovado acima, o capital social da Companhia passa a ser dividido da seguinte forma:

Acionista	Ações Ordinárias	Percentual (%)
André	626.456	2,1%
CCI IP	29.611.753	97,9%
Total	30.238.209	100%

Registra-se a manifestação de voto contrária apresentada pelo acionista Sr. André Cunha, nos termos do voto que ficará arquivada na sede social da Companhia. **6.2.** Em razão da deliberação acima, o acionista representando a maioria do capital aprovou a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, como consequência do aumento de capital deliberado acima, que passará, após a homologação do aumento de capital deliberado no item 6.1 acima pelo BCB, a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo. 5º O capital social da Companhia é de R\$ 68.239.825,33 (sessenta e oito milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos), dividido em 30.238.209 (trinta milhões, duzentos e trinta e oito mil, duzentas e nove) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. (...)". Tendo em vista a deliberação acima, após aprovação do aumento de capital deliberado no item 6.1 acima pelo BCB, o Estatuto Social consolidado da Companhia passará a vigorar com a redação prevista no Anexo II desta ata. O Sr. André Cunha manteve a posição externada em sua manifestação de voto. **6.3.** Em seguida, sem qualquer julgamento de mérito, a mesa atendeu ao pedido do Sr. André Cunha no sentido de pautar a propositura de ação de responsabilidade em face dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Aydes Batista Marques Junior e Bruno Alexandre Cruz, que colocada em votação, foi rejeitada por voto do CCI IP, acionista representando a maioria do capital social volante da Companhia por entender que não existem quaisquer fundamentos legais para tal propositura. Os protestos e manifestações de voto do Sr. André Cunha foram recebidos, numerados pela mesa e serão arquivados juntamente a esta ata na sede social. **7. Encerramento e Lavratura da Ata:** nada mais havendo a tratar, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, e encerrada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Mesa: Thais Tendolini (Presidente da Mesa) e Priscila Rodrigues (Secretária da Mesa). Acionista presente: CCI IP Participações Ltda. (pp. Danilo Bonadio Bonfim), e André Cunha (pp. Bruno Panarella). Presentes, ainda, (a) Srs. Joamir Romiti Muller Alves, Camila Otani Nishi e Paula Rodovalho Silva, na qualidade de advogados da acionista CCI IP, (b) Paulo Chan, na qualidade de representante da Alvarez & Marsal que tem prestado consultoria para a Companhia, (c) Srs. Bruno Panarella, Rafael Vicente Feicher Soares, Beatriz Afonso Rodrigues, Rafaela Marçal Tavares de Macedo, na qualidade de representantes do acionista André Cunha, e (d) Sr. Fábio Rosa Pereira Nicacio, notário, São Paulo/SP, 16 de março de 2026. Mesa: Thais Tendolini - Presidente; Priscila Rodrigues - Secretária; Acionista Presente: CCI IP Participações Ltda - pp. Danilo Bonadio Bonfim; André Cunha - pp. Bruno Panarella. JUCESP nº 171.151/26-4 em 06/04/2026.

Dock Tecnologia S.A.

CNPJ nº 03.645.772/0001-79 - NIRE 35.300.191.234

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de Fevereiro de 2026

Data, hora e local: em 27 de fevereiro de 2026, às 09:30 horas, na sede social da Dock Tecnologia S.A., na Avenida Tamboré, 267, Torre Sul, Edifício Canopus Corporate Alphaville, 27º andar, conjunto 271-A - Alphaville, Barueri/SP, CEP 06460-000 ("Companhia"). **Convocação:** dispensada nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Marcelo Prudêncio Jacques; Secretária: Amanda De La Rocque Bassini. **Ordem do dia:** deliberar sobre (i) a apreciação do pedido de renúncia apresentado por membro da Diretoria, e (ii) a reconstituição da composição da Diretoria da Companhia, bem como do mandato dos seus membros. **Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia decidiram o seguinte, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(i) Pedido de renúncia.** Receber o pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Thiago Dos Santos Teixeira, brasileiro, casado, bacharel em ciências sociais, portador de cédula de identidade RG nº 37.385.584-9, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 361.184.118-83, domiciliado à Avenida Tamboré, 267, Torre Sul, Edifício Canopus Corporate Alphaville, 27º andar, conjunto 271-A - Alphaville, Barueri/SP, CEP 06460-000, ao cargo de Diretor sem designação específica Responsável por Tecnologia da Companhia. Os acionistas da Companhia outorgam ao renunciante, neste ato, a mais ampla, geral, irrevogável e irretroatável quitação pelos atos praticados durante sua gestão como Diretor sem designação específica Responsável por Tecnologia da Companhia, executada eventual conduta dolosa contrária às determinações legais ou contrária aos interesses da Companhia, agradecendo por toda a contribuição apresentada por esta Diretoria na condução dos negócios da Companhia. Estabelece-se que não será nomeado no presente momento substituto para o cargo de Diretor sem designação específica Responsável por Tecnologia, sendo certo que tal vacância será sanada em momento oportuno. **(ii) Ratificação** da composição da Diretoria, Observada a deliberação anterior, ratificar a composição da Diretoria da Companhia, bem como a vigência dos mandatos até a formalização de sua recondução ou até a posse de seus substitutos nos termos do Estatuto Social da Companhia: **a. Antônio Carlos Soares Junior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 9.436.053, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 093.016.138-67, Diretor Presidente; **b. Henrique Antônio Casagrande Dias de Almeida**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 1544234, expedida pela SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº 086.507.457-76, Diretor de Operações; **c. Marcelo Prudêncio Jacques**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 2263652, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 012.324.191-09, Diretor sem designação específica; **d. Thiago Ferreira da Cunha**, brasileiro, casado, profissional em tecnologia da informação, portador da cédula de identidade RG nº 28994021, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.569.858-63, Diretor sem designação específica Responsável por Segurança da Informação e Segurança Cibernética; e **e. Valério Zarro**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 1.332.834-SSI/SC, inscrito no CPF sob o nº 457.636.319-00, Diretor Financeiro. Todos os acima indicados com domicílio à Avenida Tamboré, 267, Torre Sul, Edifício Canopus Corporate Alphaville, 27º andar, conjunto 271-A - Alphaville, Barueri/SP, CEP 06460-000. **Encerramento:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Marcelo Prudêncio Jacques - Presidente; e Amanda De La Rocque Bassini - Secretária. **Acionistas Presentes:** Antonio Carlos Soares Junior e Dock Tech LLC. A presente ata foi assinada mediante assinatura eletrônica realizada por meio da plataforma online "D4sign" ou similar, de modo que os presentes declaram e reconhecem a validade, para todos os fins, da assinatura eletrônica da presente ata, a qual, uma vez assinada digitalmente, produzirá todos os seus efeitos de direito, ficando conveniado que a data de assinatura será aquela da efetiva realização da presente Assembleia Geral Extraordinária. Barueri/SP, 27 de fevereiro de 2026. Mesa: Marcelo Prudêncio Jacques - Presidente. Amanda De La Rocque Bassini - Secretária. **Acionistas Presentes:** Antonio Carlos Soares Junior; Dock Tech LLC - Por: Antonio Carlos Soares Junior e Marcelo Prudêncio Jacques. Jucesp nº 091.421/26-3 em 12/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral..

KWP Billings SPE S.A.

CNPJ/MF nº 55.114.746/0001-18 - NIRE 35.300.637.801

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de abril de 2026

Data, Horário e Local: Em 8 de abril de 2026, às 14:00 horas, na sede da KWP Billings SPE S.A. ("Companhia"), localizada na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105, 22º andar, sala 2 - Cidade Monções, 04571-900. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da única acionista da Companhia, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme atualmente em vigor ("LSA"). **Mesa:** Presidente: Ediléu Honório Cardoso Junior; e Secretário: Leonardo Giollo Gibertoni. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) aprovação da redução do capital social da Companhia, nos termos do art. 173 da Lei das S.A. por considerá-lo excessivo, passando de R\$ 77.538.100,00 para R\$ 47.275.514,00, sem o cancelamento de ações, mediante restituição de moeda nacional à única acionista da Companhia, com base no seu respectivo valor contábil em 28.02.2026, como autoriza o art. 22 da Lei nº 9.249/1995, totalizando a presente redução o valor de R\$ 30.262.586,00; (ii) aprovação da alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução do capital deliberada; (iii) autorização à Administração da Companhia para promover a publicação da presente Ata, na forma de extrato, e demais procedimentos legais pertinentes; e (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Ficou deliberado pela única acionista da Companhia: (i) Aprovar a redução do capital social da Companhia em R\$ 30.262.586,00, nos termos do art. 173 da Lei das S.A., conforme Proposta da Administração, por considerá-lo excessivo para o desenvolvimento das atividades da Companhia, mediante restituição à única acionista da Companhia - KWP Energia S.A., pelo seu respectivo valor contábil em 31.03.2026, como autoriza o art. 22 da Lei nº 9.249/1995. O capital social da Companhia, após efetivada a redução de capital ora aprovada, passará de R\$ 77.538.100,00 para R\$ 47.275.514,00, sem o cancelamento de ações. A redução do capital da Companhia, ora aprovada, terá eficácia após transcurso do prazo de 60 dias, a contar da publicação da presente ata, em forma de extrato, como previsto no art. 174 da Lei das S.A. (ii) Aprovar a alteração do artigo 5º para refletir a redução de capital aprovada, passando a ser assim redigido: "Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 47.275.514,00, dividido em (i) 75.987.338 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 98% do capital social total e 100% do capital votante da Companhia; e (ii) 1.550.762 ações preferenciais, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, com prioridade na distribuição de dividendos e resgatáveis, representativas de 25 do capital social total e 100% das ações preferenciais de emissão da Companhia". (iii) Autorizar a Administração da Companhia a praticar os atos necessários para implementar as deliberações aprovadas nesta Assembleia. (iv) Aprovar a atualização e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar na forma do Anexo I à presente Ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos e suspendeu a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária da KWP BILLINGS SPE S.A., que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. Mesa: Presidente: Ediléu Honório Cardoso Junior; e Secretário: Leonardo Giollo Gibertoni. Acionista: KWP Energia S.A. (representada pelos seus diretores, Ediléu Honório Cardoso Junior e Leonardo Giollo Gibertoni). A presente confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 8 de abril de 2026. Mesa: Ediléu Honório Cardoso Junior - Presidente; Leonardo Giollo Gibertoni - Secretário. Acionista: KWP Energia S.A. Ediléu Honório Cardoso Junior - Diretor, Leonardo Giollo Gibertoni - Diretor

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

